

PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 19 DE JUNHO DE 2012

NÚMERO 6.428

**MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Edison Andrino

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Plínio de Castro  
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente  
Plínio de Castro - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Maurício Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Dado Cherem  
Angela Albino  
Plínio de Castro  
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Plínio de Castro  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Valmir Comin  
Sargento Amauri Soares  
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Angela Albino  
Maurício Eskudlark  
Marcos Vieira

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 065ª Sessão Ordinária realizada em 13/06/2012.....2 Ata da 017ª Sessão Especial realizada em 13/06/2012.....13</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissão Permanente..... .....16 Aviso de Licitação .....17 Ofícios .....17 Portarias.....20 Projetos de Lei .....21 Redações Finais .....24</p>
---	---	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2012

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Sandro da Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Aborda a Medida Provisória n. 568, do governo federal.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Reporta-se à campanha nacional de vacinação contra a poliomielite; defende uma Defensoria Pública em Santa Catarina.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Manifesta preocupação com relação ao vírus H1N1.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda problemas em várias áreas do Executivo estadual; questiona a negação do governo estadual com relação ao pré-vestibular da UFSC.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Manifesta-se a respeito da área da saúde no estado catarinense.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Reporta-se à questão da educação.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Aborda o transporte público no estado; registra que está completando 20 anos de casado.

**DEPUTADO MILTON SCHEFFER** - Registra o lançamento na manhã de quinta-feira do 1º Seminário da Região Sul do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO VALMIR COMIN** - Manifesta-se a respeito da Rio+20.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Reporta-se à segurança pública.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Pronuncia-se a respeito da Universidade Federal da Fronteira Sul.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Tece considerações a respeito da conferência dos legislativos e legisladores estaduais, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de cumprimentar a Asaprev, de Blumenau, sob a presidência de Nildo de Novaes e Suzete de Novaes, que é também presidente da nossa Federação dos Aposentados de Santa Catarina, e registrar a presença deles nesta Casa, juntamente com senhoras e senhores do meu município.

Sejam todos bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos. O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar os deputados da Casa, mais uma vez cumprimentar o deputado Sandro da Silva que aqui vem representar muito bem o planalto norte, além do estado de Santa Catarina.

Ocupo este espaço na tribuna primeiramente para falar sobre a irresponsabilidade da Medida Provisória n. 568, do governo federal, do governo que defendo, editada no ministério do Planejamento sem nenhuma discussão com a categoria de profissionais médicos da rede pública federal.

Não estou aqui fazendo nenhuma defesa corporativa, até porque não fui eleito pelos médicos. Muito pelo contrário, uma parte sempre votou contra mim. Mas não dá para entender como é que se edita uma medida provisória desse jeito que reduz pela metade os salários de mais de 40 mil médicos.

O governo reconheceu o grande equívoco dos arts. 42 a 47 da Medida Provisória. Primeiro se faz a bobagem, não se discute com as categorias. É impressionante que num ministério daquele tamanho não tenham visto isso. Iam acabar com a carreira médica.

Inicialmente, a medida provisória era para fazer adequações de carreira de estado, mas a proposta feita simplesmente ampliava a carga horária para 40 horas sem ter o salário compatível ou reduzia pela metade de quem já estava há 20 anos, 30 anos fazendo 20 horas no serviço público, pela característica do trabalho médico.

Então, é impressionante que um governo que está indo tão bem economicamente, com todos os seus avanços, tenha cometido um ato falho tão grave, simplesmente por falta de ouvir.

Não estou recriminando, mas este governo da presidente que defendo e que ajudei a eleger, no Partido dos Trabalhadores, tem que acabar um pouco com os tecnocratas, senão do dia para a noite corremos o risco de virar um governo sem alma, coisa que tinha de sobra no governo Lula.

Então, fica aqui a nossa posição. E a ministra Ideli Salvatti já anunciou que o governo vai rever, que foi um erro, foi um equívoco, mas é impressionante levar seis meses para enxergar tamanha burrice. Coisa que já aconteceu na Previdência Social em relação aos peritos, porque grande parte da fila de espera que tem nas perícias médicas da Previdência Social é responsabilidade administrativa, foi erro de gestão.

Fiz questão de salientar isso para o ministro da Previdência em Brasília, pois antes não se levava mais de uma semana para fazer uma perícia, hoje se leva um ano em muitos casos. E a Justiça está obrigando, ou seja, depois de 15 dias a União tem que automaticamente pagar.

Está certo. E esse custo no bolso do estado é para aprender a olhar melhor essa questão de gestão.

Quero aqui fazer o registro de que na semana passada visitei o Hospital Infantil de Florianópolis, onde tive o privilégio de estudar quando fazia Medicina, em Florianópolis, e fiquei estupefato quando vi os professores e funcionários dando um abraço simbólico na entrada do hospital. Eu disse que quando me formei tive o privilégio, mas hoje quem se forma e depende daquele hospital vive o ostracismo.

De 180 leitos deste hospital que é uma marca do estado, 80 estão desativados por falta de profissionais. O hospital referência do estado de Santa Catarina tem crianças amontoadas, como vimos, em corredores. Hospital este que faz parte do Hospital Universitário que forma médicos, enfermeiros e profissionais.

Então, quando foi feito aquele abraço simbólico, fui lá acompanhar, fui me inteirar dos fatos, porque é inacreditável que num estado como o nosso o único hospital infantil com o porte do que temos, de 180 leitos, tenha 80 leitos fechados em plena entrada de inverno, com gripe H1N1, doenças respiratórias etc.

Será que isso é cuidar de gente? Até quando o estado vai ver o desgoverno da gestão dessa secretaria da Saúde? E aí ficam pensando em equipamentos, ressonância para

lá, tomografia para cá, como troca de moeda eleitoral.

Não se concebe um estado como o de Santa Catarina, com o Hospital Infantil que é o único do estado neste porte, ter 80 leitos fechados.

Esperamos resposta logo, porque isso é inconcebível num estado do nosso porte. Um estado, deputada Ana Paula, para o qual nosso governo federal vai liberar R\$ 3 bilhões, e o governo se reúne para ver como é que vai aplicar isso.

Olhem que não tenho feito muitas críticas contundentes ao governo, não. Tenho feito uma oposição muito propositiva. Mas a situação do Hospital Infantil de Florianópolis é um despropósito com a sociedade catarinense.

Ontem, também, recebi no meu gabinete os alunos secundaristas do pré-vestibular das escolas públicas, da parceria que tinham o estado e a Universidade Federal.

E não me venham dizer que o governo federal não está fazendo a sua parte, porque não é verdade. Porque a *expertise*, a instituição e a estrutura colocada pela Universidade Federal valem muito mais do que o estado coloca, que é para atender aos alunos da rede pública estadual.

De três milhões que havia num convênio, com dois dava para continuar fazendo, e botar, como nós botamos, mais de cinco mil alunos/ano nas universidades públicas fora deste estado.

Na semana que vem a Fapeu, que é vinculada à Federal, estará demitindo os professores porque o governo ainda não tomou posição e não disse para que veio. Disse que a partir de agosto o estado vai fazer, porque disse que tem que fazer como mais barato.

Só se é como os livros do *bullying*, em que gastaram sete milhões, ou dos DVDs da questão das cotas raciais, que custou mais seis milhões e pouco, ou do preço das escolas e das reformas neste estado.

Fui numa escola em Rio do Sul, onde gastaram R\$ 140 mil para reformar um banheiro; aí não tem dinheiro para abrir esses espaços para incluir alunos de escola pública.

É impossível de, aqui neste plenário, aceitar a falta de sensibilidade, que não é falta de sensibilidade por falta de dinheiro, é por problema de gestão.

Espero que o governo Colombo esteja vendo muito bem isso, porque na Saúde já provou que este secretário não serve, está muito claro. Na Educação substituíram. O outro era do preço superfaturado, como aqui comprovamos e está tendo resposta no Ministério Público. E as outras ainda vêm.

Agora, espero que o atual secretário Eduardo seja tão visionário quanto foi o Luiz Henrique, quando elaborou esse processo de parceria, porque 1,8 milhão para a secretaria da Educação do estado não me venham dizer que é dinheiro, porque não é. Isso é dinheiro de café.

É preciso ter uma gestão coerente com aquilo que se propuseram durante a campanha.

Portanto, se disseram, então que cumpram com o estado de Santa Catarina os compromissos eleitorais assumidos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados assistentes, delegação de Blumenau presente, também os nossos representantes das rádios comunitárias, o João Santin, a nossa compa-

nheira de Curitibaanos, que está sempre na linha de frente, a minha saudação a todos vocês.

Gostaria de abordar dois temas. O primeiro refere-se mais à informação, até pela importância, já que nesta manhã o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, fez uma divulgação mais efetiva da Campanha Nacional de Vacinação contra a poliomielite, deputada Ana Paula Lima. Essa campanha inicia no dia 16, neste sábado, e estende-se até o dia 6 de julho; será realizada em parceria com os estados e municípios.

Aliás, essas campanhas nacionais são sempre realizadas com os estados e municípios e somente têm sucesso com a participação efetiva destes. É uma grande campanha que pretende imunizar praticamente todas as crianças menores de cinco anos, hoje são em torno de 13 a 14 milhões nessa situação.

Esse programa nacional de imunização é um dos maiores gratuitos do mundo. E, segundo informa o ministro, ele vem contribuindo para diminuir a mortalidade na infância no Brasil. Lembra também que não há nenhum caso de pólio registrado no país em 23 anos. Talvez isso fosse motivo para alguém até dizer que a campanha não seria necessária, mas é justamente por elas acontecerem que é importante mantê-las, porque o vírus da pólio, causador da enfermidade, pode ser introduzido no Brasil, uma vez que ele ainda circula no mundo. Então, eu gostaria de fazer o registro da importância da campanha contra a pólio.

A segunda questão que gostaria de levantar, nesta tarde, na verdade, é um assunto ao qual iremos voltar com mais detalhes, em outras ocasiões, sobre a Defensoria Pública em Santa Catarina. Hoje inclusive tivemos, no âmbito da comissão de Finanças e Tributação, deputado Antônio Aguiar, a presença do secretário de estado da Fazenda, dr. Nelson Serpa, do presidente da OAB e do procurador-geral do estado, abordando sobre a dívida de Santa Catarina, com um valor de R\$ 90 milhões com os defensores dativos, através do convênio com a OAB em nosso estado, que tem gerado preocupações, porque em muitas regiões esse atendimento está suspenso. E quem perde com isso são aqueles com menor recurso financeiro, que ficam sem acesso à Justiça, às vezes, em momentos mais necessitados.

Agora tramita nesta Casa uma emenda constitucional criando a Defensoria Pública em Santa Catarina e também um projeto de lei complementar que dispõe sobre a sua organização. Estamos preocupados, porque apenas 20 defensores serão autorizados em concurso com a sede na capital e apenas em 13 cidades regionais. Lembrando aqui que Curitibaanos está fora dessas defensorias dativas regionais. Até fizemos uma emenda para isso e também para incluir o município de Concórdia. É um absurdo! Uma região enorme daquelas não ser sede de uma defensoria dativa.

Agora mais do que incluir esses municípios, o que me preocupa é que estão sendo criados apenas 60 cargos de defensores dativos e apenas 20 serão autorizados a serem preenchidos no primeiro concurso.

Fico imaginando como é que 20 defensores dativos vão dar conta de toda a assistência judiciária gratuita em quase 300 municípios de Santa Catarina. É absolutamente impossível, e temo que em vez de melhorar estejamos piorando aquilo que tem hoje.

É claro que está aqui prevista a possibilidade de convênios com instituições, com universidades, com a própria OAB, e o próprio procurador fala em implantação gradativa. Mas temos uma grande preocupação com isso, estamos apresentando emendas

para aperfeiçoar o projeto e vamos estar atentos na tramitação para, pelo menos, tentar garantir que a Defensoria Pública em Santa Catarina possa minimamente funcionar de acordo com o que preconiza a Constituição Federal.

Muito obrigado, sr. presidente.  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Novamente, srs. parlamentares, temos a visita nesta Casa de 35 aposentados da cidade de Blumenau, juntamente com o presidente da Associação de Aposentados, Pensionistas e Idosos, sr. Hildo Mário de Novaes, que está com esses senhores e senhoras, e também o presidente da Federação Catarinense de Aposentados e Pensionistas, sr. Iburici Fernandes. Já os saudei, e eles estão acompanhando a sessão na tarde desta quarta-feira.

Sejam muito bem-vindos a esta Casa do Povo!

Sr. presidente, o deputado Jailson Lima hoje já falou sobre saúde, e o meu assunto também é a saúde.

Sou enfermeira de profissão, e o que me está causando uma preocupação muito grande... E reporto-me ao ano de 2008, quando vivenciamos uma tragédia anunciada, qual seja, os desastres naturais em Santa Catarina, srs. parlamentares.

Naquela época, reportando-me ao ano de 2008, eu, na minha cidade de Blumenau, ouvia a rádio e a rádio dizia à população: "Calma população, calma, senhores e senhoras, porque não vai dar enchente em Blumenau."

Eu estava assustada, porque gato escaldado tem medo de água fria. Sou moradora daquela cidade, crio os meus filhos lá, a minha família mora lá. E com o nível de chuvas em 22, 23 de novembro, já estava preocupada com o anúncio da rádio.

Essa preocupação vem acontecendo novamente, mas em relação a outro tema, ao da saúde. Estou preocupada com o número elevado de notificações de pessoas portadoras do vírus H1N1 da gripe A, não somente com as pessoas que foram diagnosticadas, mas com as pessoas que foram mortas devido ao contágio dessa gripe. E a minha pergunta é a seguinte: O que está faltando? Acho que está faltando prevenção no município de Blumenau.

Essa palavra deve ser observada pela administração da minha cidade. Recordo-me, como falei antes, da catástrofe de 2008, quando falavam que não ia dar enchente. E agora é a mesma coisa com a questão da gripe. Naquela época, a tragédia castigou Blumenau em 2008, e mais uma tragédia está castigando a nossa cidade, que é a questão da gripe A, do vírus H1N1.

É uma situação lamentável, srs. parlamentares e público que nos assiste pela TVAL. Lamento que essa tragédia esteja envolvendo a área da saúde. E isso merece realmente uma atenção especial, porque a situação é especial.

A população precisa confiar nas ações desenvolvidas e nas ações que precisam ser empreendidas para que a doença não avance ainda mais.

Temos pessoas morrendo por causa do vírus H1N1; temos pessoas doentes e internadas por causa da gripe A.

Vacinaram as crianças e os idosos. E agora as pessoas que possuem doenças crônicas estão sendo vacinadas também. Mas

quem está morrendo na cidade de Blumenau e na região do vale de Itajaí são pessoas que não estão no grupo de risco. Hoje mesmo um jovem de 29 anos morreu na cidade de Blumenau, no Hospital Santo Antônio, por causa da gripe.

Então, a preocupação com isso também me levou a fazer uma indicação ao governador do estado e ao secretário de estado da Saúde, ao ministério da Saúde e também à nossa ministra Ideli Salvatti, ao presidente do Fórum Catarinense, deputado federal Décio Lima, para agirmos em conjunto nessa tragédia anunciada, que é a questão da gripe A.

Já informamos ao secretário de estado da Saúde, sr. Dalmo, na semana passada, de que precisamos de mais vacinas em Blumenau, porque o número de casos é maior naquela região. Mas ele falou que não havia mais vacina. Mas existem ações em Blumenau de empresas e do diretório central dos estudantes. Eles estão comprando vacinas para vacinar a população. E por que não há uma medida mais emergencial? Por que não proteger a nossa gente que está sofrendo, alarmada inclusive com essa preocupação?

Hoje eu comentava com o deputado Volnei Morastoni e com os técnicos da secretaria de estado da Saúde que talvez em Blumenau estejamos fazendo o diagnóstico tardio. Será que os postos de saúde em Blumenau estão preparados? Será que a equipe de enfermagem está preparada para diagnosticar se é gripe comum ou gripe A? Será que os postos de saúde de Blumenau não podem fazer uma medida preventiva, atendendo até as 22h, inclusive nos finais de semana, e orientando a população de que além da vacina pode-se prevenir a gripe A com algumas ações, como a lavagem das mãos, como num simples resfriado procurar um médico em 48h? Será que esses médicos estão atendendo à população adequadamente?

Ontem assistia nos jornais que a Vila Germânica está superlotada de pessoas esperando atendimento médico, todas gripadas. O diagnóstico tardio é morte certa. E se há diagnóstico de sintomas de gripe A, por que então não podemos medicar a população com tamiflu, uma medicação que cura e inibe a gripe A, o vírus H1N1?

O que está faltando mais acontecer em Blumenau ou na região do médio vale do Itajaí para termos a ação das autoridades responsáveis por essa área, que são os secretários municipais, os prefeitos, o secretário de estado da Saúde, o governador, não descartando também o ministério da Saúde? Quantas mortes haverá ainda? Quantas pessoas vão morrer para as autoridades responsáveis tomarem uma providência?

Não basta apenas fazer uma propaganda milionária e dizer que a nossa cidade é a melhor para se viver, e é, precisamos também de propaganda de prevenção da gripe. A população está alarmada e quer informações. A pessoa que está com gripe corre o risco ou não de ter o vírus H1N1?

É lamentável mais essa morte. Houve 37 casos e dez mortes apenas na região do vale do Itajaí. Santa Catarina é menor do que o Paraná e o Rio Grande do Sul em área territorial e em população, mas 88% dos casos de gripe A estão neste estado. E a população reclamando, não sabe se vai para o hospital ou para o posto de saúde.

Diante da gravidade desse problema protocolamos uma indicação a ser enviada ao governador do estado, ao secretário da Saúde, para que possam fazer ações mais efetivas na região onde há um alto índice.

Espero que não tenhamos mais óbitos. Espero prevenção. Espero que o nosso governante de Blumenau possa fazer ações

mais eficazes de orientação; que possam através dos meios de comunicação orientar o nosso povo.

Quais são os sintomas da gripe? O que difere da gripe comum? Quais as maneiras de contágio? Qual a forma de prevenção, além das vacinas necessárias? Porque os que estão indo a óbito em nossa cidade são pessoas que não estão no grupo de risco. São jovens acima de 20 anos até a idade de quase 50 anos que estão morrendo; não foram vacinados, não tiveram o diagnóstico preventivo para tomarem a medicação e não irem a óbito.

Muito obrigada!  
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, servidores e servidoras deste Poder, pessoas presentes aqui na tarde de hoje, quem nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, o deputado Jailson Lima começou a falar aqui de um possível endurecimento, de uma possível falta de alma do governo federal com relação ao trato dos profissionais de Medicina que são servidores federais. E citou outros vários casos que de fato demonstram preocupação.

São questões sociais efetivamente preocupantes, como as do Hospital Infantil, a que s.exa. se referiu. E lá existe um conjunto grande de leitos desativados, assim como em outros vários outros hospitais, senão na totalidade dos hospitais públicos do estado de Santa Catarina. São leitos desativados, equipamentos obsoletos por falta de uso e de funcionários, de profissionais.

Vi aqui e acompanhei em outras oportunidades o deputado Kennedy Nunes revoltado com a situação em Joinville, do seu hospital regional, com relação à falta de instalação, de ativação de salas cirúrgicas.

Evidentemente que continuamos a nossa reflexão de que se não tiver uma política pensada de forma tecnocrática, sim, para justificar e legitimar uma posição que pretende transferir para a iniciativa privada a administração e gestão desse serviço...

E quando, enfim, se faz a licitação, se consegue fazer a licitação, apesar da resistência dos servidores e de setores da sociedade, aí começam aparecer recursos para essas instituições. Recursos que até então não existiam, por exemplo, o Samu. Possivelmente, o hospital regional - que agora está na lista para ser transferido para uma organização social, uma entidade civil de direito privado, um grupo privado para administrar um hospital público - por certo, deputado Kennedy Nunes, quando for transferido para uma organização social, uma entidade privada, é possível que apareçam recursos públicos evidentemente para ativar as salas cirúrgicas que o senhor demanda.

E falando de insensibilidade, e concordo plenamente com o deputado Jailson Lima das insensibilidades do governo federal, s.exa. citou um caso específico, e poderíamos citar vários outros, mas não é o caso neste momento, faremos em outro momento oportuno.

Na manhã de ontem, infelizmente tivemos a oportunidade de acompanhar nesta Assembleia Legislativa, no âmbito da comissão de Educação, mais uma vez pessoas chorando literalmente por, na minha avaliação, falta de sensibilidade política do governo do estado.

Eu já tinha visto numa legislatura anterior, num mandato anterior e num governo

anterior pessoas chorando nesta Assembleia Legislativa. Eram servidores da Saúde, quando por um voto não conseguimos aprovar a aposentadoria especial; eram praças, esposas de praças, filhos e filhas de praças, quando fomos injustiçados aqui no ano de 2009; eram professoras e professores já nos anos anteriores e também no ano passado. E ontem foi a vez de estudantes secundaristas, pais e mães de estudantes secundaristas, por conta daquilo que já foi discutido neste plenário outras vezes. E quero aproveitar para falar no momento em que os estudantes não estão aqui, justamente para não ter o risco da acusação de que estamos insuflando sentimentos de jovens contra o governo do estado. Estou falando num momento em que eles não estão aqui. E por isso e também por isso vou falar dessa forma, embora tenha falado nessa mesma direção todas às vezes também com eles aqui presentes.

O curso pré-vestibular, o chamado pré-vestibular da UFSC, existe desde 2003. Foi um belo projeto, um desejo, um sonho, uma demanda do movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina, inclusive no começo da década de 90.

Desde 2008, quero registrar, no governo Luiz Henrique da Silveira, e os deputados que estavam aqui sabem que não tenho nenhum motivo para elogiar o seu último mandato, mas o governo Luiz Henrique da Silveira passou a contribuir, a financiar, a ajudar a Universidade Federal de Santa Catarina para realizar o curso pré-vestibular. A UFSC com toda estrutura, com voluntários, com profissionais, com instalações e o governo do estado com algum recurso financeiro, que no ano passado parece-me que foi 1.800 mil, os quais contribuíram para que 3.100 adolescentes, jovens concluintes do segundo grau em escola pública, realizassem o curso pré-vestibular no ano de 2011, de um total de 14 mil que se inscreveram. E para este ano o curso já deveria ter começado. Mas o governo do estado não renovou o convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina. E o que é pior, ficou enrolando até recentemente e continua enrolando.

O representante da secretaria da Educação, na manhã de ontem, aqui, na reunião da comissão de Educação da Assembleia Legislativa, em outras palavras, disse que o estado não vai mais financiar esse curso pré-vestibular organizado em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina.

No ano passado, foram 1.800. Este ano já se previa uma expansão. E acontece no estado inteiro, inclusive no extremo oeste, deputado Maurício Eskudlark.

Falava-se em três milhões para este ano. E o governo disse que não tem três milhões para o curso pré-vestibular, mas teve três milhões para fazer uma pista de kart para o Desafio das Estrelas. Qual o interesse social do Desafio das Estrelas? Foram 800 mil para financiar um grupo empresarial da área da comunicação, leia-se RBS, a financiar o megashow de Paul McCartney, nesta cidade. Foram cinco milhões para a Volvo, naquela regata de magnatas que é realizada por aí. Mas três milhões para o pré-vestibular não tem - três milhões por ano.

Dessa realidade eu não tinha falado antes. E agora quero falar nesses termos que estou falando que quero seguir. Só se pode avaliar o seguinte: o governo do estado não concorda em investir um centavo de recursos públicos para ampliar uma assistência, um serviço assistencial para filhos de trabalhadores, numa área que é interesse da exploração de empresários da educação. O governo do estado que precariza os serviços

públicos essenciais de educação, saúde etc. não admite politicamente investir para entrar numa área que é explorada por grandes empresários da educação.

O governo do estado, por acaso, tem relações ou pressões desses empresários da educação privada em nosso estado? É um questionamento que precisa ser feito.

Outro questionamento: cancelam o curso, por quê? Tem o nome de Curso Pré-Vestibular da UFSC, que é uma instituição federal, como se os estudantes que estudam na UFSC ou que pretendem estudar na UFSC não sejam estudantes catarinenses, não sejam jovens catarinenses, e são especificamente estudantes de escolas públicas da rede estadual.

Outra pergunta que precisa ser feita: o governo do estado está extinguindo a sua participação do Curso Pré-Vestibular da UFSC porque a reitora que assumiu recentemente é de outra posição política? Até o ano passado continuou fazendo, mas agora, porque assumiu em novembro passado uma reitora de esquerda na Universidade Federal de Santa Catarina, então, este ano não tem mais curso pré-vestibular?

Então, quero falar novamente o que falei ontem na comissão de Educação. Era a mesma coligação, e na época o governador era Luiz Henrique da Silveira, que começou a investir nesse Curso Pré-Vestibular. O que mudou de lá para cá? É por que mudou a reitora, é por que mudou o governador ou o partido do governador, ou é por que existem pressões e interesses de grupos empresariais privados em lucro...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de saudar a presidente do PMDB jovem, do município de Canoinhas, aqui presente, como também o secretário de Comunicação.

Hoje estaremos em horário especial na Assembleia Legislativa, fazendo o lançamento dos cinco mil computadores que serão instalados nesta cidade. Cada aluno terá um computador, portanto, a internet está instalada na cidade inteira. Esse é um dos motivos de orgulho do município de Canoinhas, do estado de Santa Catarina, porque é o primeiro município a dar um tablet para cada aluno. Portanto, teremos a informática presente em todas as escolas do município de Canoinhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, foi feito o seu registro.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

V.Exa. deseja trocar com outro colega o horário?

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, a nossa saudação especial aos novos deputados presentes, deputado Valter Gallina, deputado Sandro Silva. É uma satisfação tê-los no plenário. Santa Catarina se orgulha da presença de v.exas.

Quero dizer a todos que nós que representamos o planalto norte estamos hoje imbuídos do espírito cívico e público e que a presença do prefeito em exercício Beto Faria, juntamente com a comitiva de Canoinhas na nossa Assembleia Legislativa, é para comunicar aos catarinenses que colocamos a educação em primeiro lugar no município de Canoinhas.

É o primeiro município do Brasil a ter informatização nas salas de aula. Mais de 5.000 computadores foram adquiridos pela prefeitura municipal de Canoinhas no exercício do prefeito Leoberto Weinert, para que os alunos pudessem exercer a cidadania, pudessem exercer o seu direito de estudar, de aprender, de ter a tecnologia do mundo em suas mãos. Para isso a internet foi instalada em todas as escolas do interior do município e do centro da cidade.

Portanto, é um momento importante que vamos viver hoje, depois do horário da Ordem do Dia, ocasião em que o prefeito em exercício Beto Faria fará seu pronunciamento, juntamente com o secretário Hamilton Vendt, para que possam explicar a Santa Catarina, contar ao Brasil sobre essa grande oportunidade que estamos dando à juventude da nossa cidade e às nossas crianças de ter o conhecimento científico em suas mãos.

Quero também me reportar aqui hoje à grande sessão solene realizada no município de Porto União, na quarta-feira à noite, onde estiverem presentes o sr. prefeito municipal, os senhores vereadores, ocasião em que foi feita uma homenagem à esposa de Alexandre Pusyna e a toda comunidade.

Portanto, parabéns a Porto União - essa data foi antecipada devido ao processo eleitoral - pelos 95 anos de emancipação política.

Temos certeza de que Porto União, município de fronteira, município disputado pelos estados do Paraná e Santa Catarina, município que teve turbulências políticas, é um município vitorioso que contém no seu bojo a parte industrial da madeira, a agricultura, a piscicultura.

A sua ferrovia transitava normalmente e hoje transita apenas como módulo federativo, que faz com que esse módulo não tenha representação, pois é um módulo ferroviário abandonado pelo governo federal, que muitas vezes promete e não cumpre.

Portanto, a ALL, responsável por esse módulo federal, tem que ser acionada e responsabilizada pelo não tráfego de trens, desde Porto União até Mafra, sendo que nesse trajeto encontram-se os municípios de Irineópolis, Canoinhas, Três Barras e Mafra, municípios importantes do planalto norte que necessitam da atenção especial da ALL.

Temos que dizer a v.exas. que o povo de Porto União é um povo ordeiro, trabalhador, cheio de garra, de responsabilidade, que tem também no seu bojo a cultura, pois vários eventos foram realizados em homenagem à cultura de Porto União.

Parabéns, prefeito Renato Stasiak e vice-prefeito Anísio de Souza, pelo trabalho que realizam, e parabéns a toda a comunidade.

Gostáramos também de nos reportar à saúde, que é um problema nacional.

Temos que registrar o descaso do governo federal com a classe médica, que se fez presente na medida provisória.

Por isso, hoje estamos trazendo a esta Casa uma moção de apoio à classe médica para que a presidente Dilma tenha a sensibilidade e a responsabilidade de fazer com que a classe médica seja ouvida, prestigiada e contemplada politicamente, através da regulamentação da sua profissão, que ainda não existe, com o reajuste da tabela do SUS,

com o aumento de verbas para a saúde. Queremos dinheiro para a saúde do Brasil, pois sem verbas como vamos dar saúde para a nossa população? E o principal responsável por pagar a conta da saúde é o governo federal. Temos problemas em todos os estados? Sim, temos. Mas a responsabilidade maior pelo atendimento à saúde é do governo federal.

Gostaria também de falar sobre a saúde do município de Canoinhas, que foi gradativamente crescendo, através de projetos importantes implantados pela secretária Telma Bley. Os projetos foram realizados e hoje temos uma saúde consistente no município de Canoinhas, com ressonância magnética, tomografia computadorizada, UTI com dez leitos, arco cirúrgico; estamos trazendo neurocirurgião, num investimento de R\$ 700 mil do governador Raimundo Colombo e Pinho Moreira, para que a região seja atendida com neurocirurgia.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre deputado, cumprimento v.exa. pelo pronunciamento que faz, pois trata-se de um tema muito importante para toda população.

Há uma preocupação muito grande de todos nós, parlamentares, porque a lei não está sendo cumprida no nosso país, ou melhor, em alguns setores cumpre-se, mas em outros, não. Por exemplo, com relação à saúde, o município tem que investir 15% e eles investem até mais; o estado tem que investir 12% e também ultrapassa esse valor. E quero saber onde estão os 10% que a União teria que investir? Como vamos ter uma saúde de qualidade, se não cumprem aquilo que a Constituição determina?

Então, evidentemente que teremos sempre dificuldades com os hospitais que hoje não sobrevivem com a verba do SUS, pois não têm como ficar só com o vento. Precisamos inverter esse processo e fazer com que o governo federal compre com o pagamento dos 10%. E aí, sim, tenho certeza de que teremos uma saúde de qualidade para que possamos nos orgulhar daquilo que fizemos e dar atendimento ao povo, pois é nosso dever e dever do estado cumprir a sua missão.

Parabéns a v.exa. pelo pronunciamento, pois tem *know how* de sobra para falar, discutir e implantar programas que atendam à população de Santa Catarina e do Brasil.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Estava realmente falando sobre a saúde do meu município, que está contemplando a população com várias obras importantes, como um pronto socorro novo que está sendo construído no Hospital Santa Cruz, e aqui temos que agradecer, pois é verba de programa federal. Temos também a construção da policlínica e de vários postos saúde.

Está sendo construída no município de Canoinhas a unidade intensiva de neonatologia, respaldada pelo governo estadual, implantada no Hospital Santa Cruz.

Também teremos a implantação da Casa dos Diabéticos, que conta com mais de dois mil filiados na região. Portanto, a Associação dos Diabéticos de Canoinhas e Região recebeu R\$ 300 mil para a implantação da Casa do Diabético.

Temos certeza de que outros municípios, como Porto União, receberam o credenciamento para atender melhor à área de oncologia.

Estamos descentralizando a nossa Medicina e temos como exemplo o município de Porto União, cujo hospital está sendo

fortalecido pela compra de um aparelho de tomografia computadorizada pelo governo do estado.

Em Mafra os aparelhos de ressonância magnética e tomografia computadorizada ajudam o Hospital Catarina Kuss que atua na área de obstetrícia.

Dessa forma, o planalto norte, na área da Saúde, tem mostrado a sua pujança através do governo estadual que tem olhado com carinho para aquela região.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputado Antônio Aguiar, ao tempo que parabeno v.exa. pelo tema abordado neste momento, cabe destacar também que não é apenas a região a qual v.exa. representa que está recebendo benefícios. O governo do estado de Santa Catarina, através do secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, tem investido em todo estado catarinense. Apenas no ano passado e em parte deste ano de 2012 foram aproximadamente R\$ 142.704 milhões investidos em convênios com hospitais, com administrações municipais, sendo que desse valor de R\$ 97.912 milhões foram destinados ao custeio de média e alta complexidade, reforma e ampliação das unidades hospitalares, mais equipamentos e materiais permanentes.

Em veículos foram investidos R\$ 18.871 milhões e na atenção básica, na compra de equipamentos, materiais permanentes, construção, reforma e ampliação foram destinados R\$ 25.920 milhões.

Quer dizer, o governo do estado está presente, está ajudando todo o estado catarinense.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Mauro de Nadal pela sua contribuição.

A população catarinense acabou de ouvir, de forma precisa, os valores investidos no estado de Santa Catarina, o que nos leva a crer que o percentual destinado à Saúde é muito maior do que os 12% determinados pela Constituição.

O Hospital Catarina Kuss, que atua na área da obstetrícia, em Mafra, recebeu investimentos na ordem de R\$ 180 mil para a aplicação em equipamentos especiais. Portanto, parabéns a Mafra pelo grande investimento na área da Saúde.

Em São Bento do Sul, deputado Silvío Dreveck, está sendo construída a ala da pediatria.

Muitos municípios receberam verbas, como Monte Castelo, que recebeu dois postos de saúde e mais uma verba especial para o seu hospital que está em situação difícil.

Não podemos continuar falando da Saúde porque faltará tempo para dizermos à nossa população o quanto grande são os investimentos.

Portanto, gostaria de parabenizar o governador Raimundo Colombo, e seu vice, Eduardo Pinho Moreira, pela atuação na área da Saúde, principalmente no planalto norte, minha região.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e sras. depu-

tadas, quero cumprimentar todos os visitantes que acompanham a sessão nas galerias: a dona Maria Gorete Cardoso dos Santos, o sr. José Raup dos Santos, de São João do Sul, o sr. Valmor Roxo e o jornalista José Batista dos Santos.

Ainda temos, hoje, a presença de inúmeros prefeitos e de candidatos a prefeitos e vereadores que acompanham os nossos trabalhos e que vieram a Florianópolis trazer as suas reivindicações ao governo do estado.

Mas eu quero me ater, hoje, a um tema muito importante: a questão da educação. E os jornais de hoje reportam-se a uma vitória importante, conquistada depois de uma luta de mais de 20 anos, praticamente, e que se vem estendendo entre as universidades, especialmente as universidades do sistema Acafe, e o governo federal.

Há um mês, aproximadamente, estive em Brasília participando de uma audiência com o deputado Décio Lima, o deputado Jorginho Mello e a ministra Ideli Salvatti. Nessa audiência foi colocado o resultado daquela negociação e dessa controvérsia de mais de 20 anos, ou seja, que o resultado seria esse que tivemos ontem. E, inclusive, o nosso companheiro, amigo e ex-deputado estadual Pedro Uczai foi o relator da medida provisória que originou esse resultado favorável à questão das universidades do sistema Acafe.

Antes, porém, queremos enfatizar que, na verdade, nós, do Brasil, cobramos imposto sobre remédios para combater o câncer; imposto sobre os recursos destinados à educação; imposto sobre produtos voltados para a segurança, mas depois não se investe devidamente nessa área.

Para ser mais claro, devo dizer que na hora em que o aluno que estuda no sistema Acafe - Univille, Univali, Furb, Unifebe, e são 16 universidades em Santa Catarina - paga a mensalidade do seu curso, também está pagando o salário do professor. E na hora em que o professor recebe o salário, dependendo do salário que ele recebe, ele tem que pagar o Imposto de Renda, e paga. Então, parte do dinheiro do aluno, que passa um trabalho danado para pagar a faculdade, vira salário do professor que é obrigado a pagar o Imposto de Renda.

Até 1990 esse Imposto de Renda que era retido na folha de pagamento do professor ficava na própria universidade. Até aí tudo bem! Ótimo! Então, o aluno pagava a mensalidade, e o professor que recebia mais pagava o Imposto de Renda. Mas esse mesmo recurso ficava lá na universidade e era reinvestido conforme os projetos da universidade.

A partir de 1990 a Fazenda nacional entendeu que teriam que pagar naturalmente como qualquer outra instituição e passou, então, a cobrar o Imposto de Renda dessas universidades que já vinham tendo dificuldade de se sustentar. Elas se sustentavam, como disse, à base da mensalidade dos alunos e a base dos arts. 170 e 171, e tiveram ainda que pagar o Imposto de Renda. Muitas delas pagaram de fato, como, por exemplo, a Furb, a Unibave, a universidade de São José, a Udesc, a Unifebe. Conforme notícia de jornal, elas estariam em dia com a questão do imposto. As outras 12 ou 13 do sistema Acafe estavam devendo o Imposto de Renda, esse imposto que antes era revertido.

Então, havia esse pedido para que esse Imposto de Renda fosse reinvestido na própria universidade. Agora, enfim, a dívida, que já estava em quase R\$ 1 bilhão, através de algum benefício, foi reduzida para aproximadamente R\$ 700 milhões. E 10%, com o que discordo, essas universidades terão que pagar

mesmo, em dinheiro, para o governo, para o Leão, e os 90% restantes serão convertidos em bolsas de estudo. Conforme as informações que temos aqui, serão beneficiados mais 5.500 alunos durante 15 anos.

Por isso, quero cumprimentar a bancada dos senadores, dos deputados federais, pela luta que tiveram, da qual também participei quando era deputado federal, que chegou a esse resultado. Quero cumprimentar também o presidente do sistema Acafe, professor Mário César dos Santos, porque, enfim, conseguimos essa vitória com relação a esse problema que por muito tempo as universidades vinham sofrendo.

Agora, esse benefício ficou apenas para o sistema Acafe. Mas temos mais 110 mil, 120 mil alunos que estudam em faculdades particulares, parecidas com o sistema Acafe. E no meu entender aquele Imposto de Renda também tem, sim, que ser revertido em bolsas de estudos aos alunos que estudam nessas universidades.

Então, conclamo aqui, além de parabenizar, conclamo os...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, quero dizer que o amor é lindo.

Vimos o deputado Edison Andriano e o deputado Valter Gallina trocando confidências. E para quem acompanhou o deputado Edison Andriano nas questões das disputas políticas e tudo... É por isso que estamos convencidos de que o Colombo vai ser Dilminha na próxima eleição, não tem jeito.

Deputada Luciane Carminatti, na próxima eleição os camaradas do PSD estarão no mesmo palanque que nós. Tanto que mandei tirar uma fotografia e vamos entregar para os dois.

Ao mesmo tempo, um pouco antes do pronunciamento que faço agora, deputado Kennedy Nunes, falei sobre a questão da saúde no estado. E parece, deputado Sandro Silva, que mexendo em problemas reais, os deputados do PMDB e da base ficam todos ouriçados. Não estou falando da ressonância que tem em Canoinhas ou dos recursos que forem investidos, que o estado cumpre com os seus 12%. Infelizmente, o Congresso Nacional, na Emenda n. 29, não aprovou os 10% à União, mesmo gradativamente, porque a legislação não fala em 10%. A legislação garantiu que o investimento federal tem que ser um investimento do ano anterior, mais o crescimento do PIB daqui para frente.

Então, isso já é um avanço. Mas se entrarmos nas questões maiores, não é só eu, ou seja, há menos de 30 dias, o deputado Kennedy Nunes esteve nesta tribuna falando da situação dos hospitais de Joinville, dos recursos das emendas dele para os hospitais.

Eu não sou da base do governo, mas ele é.

Qual o problema em apontar o processo?

O que não dá para aceitar é o hospital Infantil, que tem 180 leitos, com 80 fechados em Florianópolis, que atende a todo o estado de Santa Catarina, um hospital de referência.

Então, sem entrar nessa questão da propriedade de investir 10% ou não, porque

posso investir 20% e investir mal, a questão é o quanto invisto e de que forma invisto, onde invisto.

Li nos jornais sobre a reunião que o governador fez ontem com a sua base ou parte da base, pois parte do PSDB não estava. Ele foi claro quando disse que vai rever a questão e vai contratar médicos para o serviço. Estou de acordo, porque na reeleição do Luiz Henrique foi feito um acordo com a categoria médica de passar a pagar um teto de salário, e o que se viu foi que grande parte dos profissionais deixaram de produzir o que produziam.

Assim como tem problema de gestão de médico que entra no hospital bate ponto pela manhã sai e volta à tarde... Como nesta Assembleia que tem o "dedômetro", onde o pessoal bate pela manhã, vai embora e volta à tarde para bater, tem médico que faz isso. E aí é problema de gestor.

Estou de acordo em ter carreira de administração de hospital para acabar com o gerenciamento político nos hospitais. Isso é gestão, independentemente do salário ser igual ao do governador, porque para quem administra decentemente ainda é pouco. Agora, tem hospital que troca de diretor todo mês. Aí o estado paga e vem querer dizer que isso é responsabilidade do governo federal.

Foram 70 bilhões a mais no Orçamento da União em saúde em 2011, comparando com o ano anterior. E este ano vai ampliar, mais ainda é pouco, compreendo. Defendo que tenha que ser 10%. E aí peço que o deputado Manoel Mota reveja a legislação, porque hoje não diz que são 10%. Hoje o que foi aprovado no Congresso é o investimento de 2012. Então, são avanços.

Estou fazendo esse pronunciamento, porque sei que em nível federal a nossa presidenta da República que extraordinariamente está comandando este país com mãos de ferro, cuja economia demonstra solidez internacional, na medida em que somos o país com maiores investimentos internacionais, de todos os países do globo terrestre...

Chegamos a ultrapassar a China em investimentos, considerando o seu contingente populacional. Tivemos nos últimos três meses mais de R\$ 10 bilhões de investimentos no Brasil, internacionalmente, inclusive entre fusões. Isso mostra serenidade e seriedade de governo.

Então, quando tem que tomar posição ela tem tomado. Na saúde também, porque saúde é uma convicção de investimento dela. Se formos observar, inúmeras policlínicas estão sendo feitas neste país, inúmeras em Santa Catarina, onde não tem um centavo do estado indo direto para os municípios. E os centros de educação infantil com sistema padronizado são investimentos públicos mostrando o novo viés em administração que esse estado também precisa ter.

Então, quando tem que elogiar eu faço elogios, e a postura que vai ser tomada em relação a ter cargo de gestão em hospitais vai ter o meu voto. Mas vai continuar tendo a minha crítica em relação a esta quantidade de secretarias que não funcionam estado a fora, porque se pegassem esse dinheiro, não fechavam os 80 leitos do hospital.

O meu reconhecimento ao governador que reconhece os investimentos federais de Santa Catarina, e está anunciado nos jornais de hoje que são em torno de R\$ 5 bilhões, para Santa Catarina, de recursos federais.

Repito, o próprio governador, nos jornais de hoje, fala nos cinco bilhões, aproximadamente, para serem investidos nos próximos anos, de recursos federais, na área de saneamento básico, segurança com

presídio. São três bilhões do BNDS com projeto de lei que foi aprovado nesta Casa, quando esta Casa teve a sabedoria de redirecionar recursos num bom debate.

Imaginem se nada disso tivesse em relação ao estado. Nós estávamos no caos, então. O estado já tinha fechado as suas portas. Porém, o nosso governo republicano dessa figura que internacionalmente também consolida uma bellissima imagem do Brasil, a presidente Dilma, orgulha-nos.

Estou convicto de que esta terra é abençoada pela generosidade de o Brasil ter homens públicos à frente do país, que estão dando novos caminhos, o que também muitas vezes não se pode dizer do Judiciário, deputado Moacir Sopelsa.

Quando li que o desembargador Tourinho Neto, do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal Regional Federal, cancela o motivo da prisão do Cachoeira, que são as gravações, dizendo que tem que soltar, continuaremos dizendo que neste país fica preso ladrão de galinheiro.

Com tantas gravações, com tantas comprovações do desvio de recurso público, com as falcatruas construídas, o governo proibindo a participação da tal Delta, que fazia o maior volume de obras do PAC, por desvios comprovados de recursos, agora esse desembargador resolve dizer que nada da prisão serve, não vale, que as gravações não justificam, não foram feitas legalmente, deputado Kennedy Nunes.

Então, o povo brasileiro, muitas vezes, quando entra no descrédito da vida pública, tem que entrar mais em relação ao Judiciário, porque esses caras, quando cometem as bobagens, ainda são aposentados compulsoriamente, vão para casa recebendo salário, quando roubam, quando desviam recursos, quando fazem compra sem licitação.

Tem um juiz, agora, esta semana, que também aposentaram compulsoriamente, porque estava maquiando processos jurídicos.

Então, espero que um dia não vá para a cadeia apenas ladrão de galinha, mas também os Cachoeiras da vida, porque o cara vai para casa, vai fazer defesa, vai levar 20 anos, e o povo entra no esquecimento.

Vamos continuar fazendo o bom combate.

Espero a abertura dos 80 leitos do Hospital Infantil de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, sr. deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

Antes, porém, deputado Kennedy Nunes, gostaria de pedir a sua permissão para anunciar a presença do vice-prefeito de Otacílio Costa, João Pedro Velho, o popular Tibúrcio, também do pastor João, do nosso companheiro Debarba e do vereador de Irani, João Guerreiro.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, também faço cumprimentos aos visitantes registrados por v. exa.

Quero cumprimentar todos os deputados e deputadas, os catarinenses que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Digital e aqueles que nos visitam.

A princípio, sr. presidente, venho aqui relatar a viagem em que estive representando esta Assembleia Legislativa na Exposição

Mundial de Transportes Públicos. Mas antes, se v.exa. me permite, gostaria de fazer um registro muito especial hoje, deputado Valmir Comin, porque eu e minha esposa Sigiane estamos completando 20 anos de casados. Ela está lá em casa nos assistindo, deputado Sandro da Silva. É um prazer completarmos esses 20 anos, e que casaria com ela novamente de olhos fechados. Então quero deixar aqui o meu registro muito especial à Sigiane que tem sido uma guerreira e com certeza recebe o meu abraço.

Também gostaria de falar aqui um pouquinho sobre a diferença entre usuário e cliente de transporte coletivo.

Sr. deputado Valter Gallina, para os governos e empresas, as pessoas que utilizam o sistema de transporte público são tratadas como usuários em todo o Brasil. Qual é a diferença do usuário para o cliente? É mais ou menos assim: para o cliente se serve até cafezinho, para o usuário vai de goela abaixo, deputado Sargento Amauri Soares.

Temos os nossos coletivos, seja em Chapecó, em Florianópolis, em Joinville e em Blumenau, e a maioria dos nossos ônibus são encarroçados em chassi de caminhão, que é para levar cargas e não pessoas.

O caminhão, por exemplo, tem feixe de molas. E quando se fala em transportar pessoas, tem que se ir mais para suspensão a ar, tem que se fazer com que aquele caminhão/ônibus possa dar qualidade para a pessoa que o utiliza.

O que temos hoje no Brasil, quando tem um ônibus cheio, são quatro tipos de situações, deputado Daniel Tozzo, que se chama na linguagem popular de sardinha em lata.

Um ônibus cheio num horário de pico, deputado Plínio de Castro, para o gestor municipal, significa que ele está cumprindo o seu papel, que é oferecer transporte público; para o dono da empresa, deputado Edison Andriano, quando olha aquela lata de sardinha e vê que está cheia, é ganhar um dinheirinho; mas a pessoa que está lá dentro, o usuário, deputado Sandro, fica louco da vida, porque está numa lata de sardinha. E para o dono da concessionária de automóvel, a mesma lata de sardinha é um ônibus cheio de clientes em potencial que irão comprar, na primeira oportunidade que puderem, um automóvel para se livrar da lata de sardinha.

Então, se tivemos transporte público de qualidade, em que as pessoas possam ser tratadas como clientes e não como usuários, vamos começar a diminuir o número de carros, por exemplo, nas estradas.

Em Joinville, deputado Sandro, v.exa. também é de lá, está muito mais barato comprar uma moto Biz e pagar a prestação por mês do que andar de ônibus e pagar a passagem; é muito mais barato.

Isso dá o quê? Em Joinville temos em média, deputada Luciane Carminatti, 30 acidentes de moto por dia, que fazem fila, onde? No setor de traumatologia. E aquelas cirurgias eletivas que são marcadas de um ano para o outro, de dois anos para dois outros anos, acabam sendo, muitas vezes, canceladas na hora em que a pessoa está na sala de cirurgia, porque chegou um acidentado de moto, e esse acidentado de moto foi vítima de trânsito, comprou uma moto, pois não tinha mais como pagar a passagem, ou seja, todo o nosso conceito de transporte de mobilidade leva as pessoas a comprarem um carro, deputado Marcos Vieira, o transporte individual, uma vez que não há incentivo para o transporte de massa.

Nessa exposição, no primeiro dia de discussão dos temas com 50 países do mundo

apresentando soluções de transporte público, de todos os tipos de modais, desde o patinete, passando para a bicicleta elétrica, de pedal, de transporte de cargas, BRT, *Bus Rapid Transit*, os VLTs, que são veículos leves sobre trilhos, ônibus elétricos, ônibus movidos à célula...

Quando vemos toda essa parafernália de opções de modais, deputado Valmir Comin, sabe qual foi o tema do primeiro dia, que permeou as discussões desde a primeira hora até a última hora? Não foram os modais, não foram as tecnologias embarcadas, não foi nada disso. O tema foi a satisfação do cliente. E a satisfação do cliente passa pela certeza de que o ponto de ônibus e o horário marcado sejam respeitados tanto na chegada quanto na saída, na pontualidade, no conforto e no preço.

A Europa possui um sistema, entendo que o Brasil deve começar a defender e aplicar esse sistema, que é a PPP do transporte público. Deputado Sargento Amauri Soares, na Europa o governo é sócio das empresas que têm a concessão do transporte público. E toda a infraestrutura feita para o setor do transporte público, toda a tecnologia embarcada investida pelo setor público, é colocada na conta geral. Observando assim: se tenho uma linha de ônibus que passa por uma rua que não é asfaltada, o ônibus tem um desgaste muito maior do que numa rua asfaltada, então esse desgaste vai para a conta geral. Quando o governo asfalta uma rua, o morador paga o asfalto duas vezes - paga o imposto e paga para asfaltar, pelo menos em Joinville é assim.

No ano que vem o IPTU do morador, que é um percentual do imóvel, o valor venal do imóvel, será maior, porque o valor do imóvel dele vai aumentar, porque a sua rua está asfaltada.

Então, o governo está fazendo um investimento para que o ônibus passe por lá e tenha menos gastos, menos manutenção e aumente o lucro do dono da empresa.

Na Europa, todos esses investimentos são colocados como despesa, e o lucro, quando aumenta, o governo também tem a participação e reinveste no sistema.

Quando temos essa possibilidade, podemos fazer com que o dinheiro seja reinvestido e até começar a falar da autogestão ou autonomia do próprio sistema para o sistema mesmo se pagar.

Lá na Europa, essas parcerias, quando privadas, chegam a 40% de participação da sociedade. E é muito bom, ou seja, sempre a maior parte da sociedade é do público.

Falo em subsídios da passagem de ônibus, da gratuidade, e sempre preguei isso, porque acho injusto que a gratuidade garantida por lei seja paga por quem paga a passagem. Isso é custo social e deve ser pago por quem está gerenciando o processo.

Dizem que sou doído quando falo em gratuidade. Mas o subsídio deve existir. Devemos botar mais dinheiro público no transporte público, para fazer com que as pessoas possam utilizá-lo mais e serem tratadas como clientes e não como usuários.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado, parabênzulo v.exa. pelo tema abordado, especialmente num aspecto em especial, quando v.exa. fala de PPPs. Aliás, quanto a esse tema eu sou visionário e acredito muito nessa tese. Isso tem dado certo nos países desenvolvidos. Então, por que não pode dar certo?

Nós precisamos na verdade é de vontade política, de segurança jurídica, para

que os investidores possam realmente adotar esse tipo de posicionamento, principalmente agora, com a quebraadeira que aconteceu na Europa.

Enxurradas de fundos de pensão, fundos privados, grandes investidores estão aí buscando os países emergentes, como é o caso do Brasil.

Temos um sistema intermodal totalmente equivocados. Essa é a grande verdade. Existem projetos viáveis, sustentáveis, com a participação da iniciativa privada conciliando o segmento público, para atender principalmente ao transporte de massa. Mas há necessidade de agências reguladoras fortes com poder de fisco, de fomento e de segurança jurídica para que esses investidores possam realmente se estabelecer.

Fala-se que o povo não tem o hábito de andar de bicicleta. Isso é evidente, se não existem ciclovias. Mas se o poder público promover essa ação quer com dinheiro público ou com parceria público-privada, é evidente que o hábito vai ser criado. Da mesma forma é com o transporte náutico ou de ônibus. Se houver um corredor específico, vamos criar o hábito de usá-lo, porque sabemos que vamos pagar mais barato e vamos chegar num tempo menor.

Por isso vejo esse tema como extremamente atual e pertinente e parabênzulo v.exa pelo debate agora colocado.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado, para encerrar, quero dizer que estava em Paris e, com a visão de jornalista, estou sempre vendo alguma coisa. E, passando por uma dessas entradas de metrô, fotografei um casal - ela com um vestido de noiva e ele trajando um terno de casamento. Eles tinham acabado de casar, saíram da igreja e estavam na boca do metrô, pegando o ticket para ir embora para casa. Eu tenho isso postado no meu *twitter*. É uma coisa impressionante. Imagino quando nós, brasileiros, vamos pensar em casar e voltar para casa, depois do casamento, com transporte público. Então, quando você tem pontualidade e a pessoa é tratada como cliente, esse é o resultado.

Quero, para encerrar, convidar todos os catarinenses para ver os boletins diários que fiz dessa exposição em Paris. Podem acessar o meu *site* [www.knunes.com.br](http://www.knunes.com.br), o facebook ou o *twitter*, porque sempre faço a prestação de contas dessas viagens oficiais que realizo em nome da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Milton Scheffer, por sete minutos.

O SR. DEPUTADO MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste, quero aqui registrar a presença nesta Casa do vereador Valmor Roxo, presidente da Câmara de Vereadores de São João do Sul, juntamente com o presidente da Colônia Z-27, sr. José Marinho, duas grandes lideranças do extremo sul do estado, que estão tratando de assuntos de interesse dos municípios, juntamente com o Batista, que é assessor de comunicação de São João do Sul.

Quero, nesta tarde, registrar também o lançamento na manhã de quinta-feira do 1º Seminário da Região Sul do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos.

É um seminário promovido pela secretaria estadual da Saúde, da Vigilância Sanitária, com o apoio da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, da qual

somos presidente e que ao longo dos próximos dois dias debaterá aqui, na Assembleia Legislativa, com pessoas de três estados: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, um programa voltado à rastreabilidade e acompanhamento de resíduos de agrotóxicos nos nossos alimentos.

É um caminho que busca mais qualidade para proteger o consumidor, o agricultor e acima de tudo valorizar o produto que respeita as normas de produção. Portanto, é um seminário com abertura às 8h30, aqui, no auditório da Assembleia Legislativa.

O primeiro bloco desse seminário vai tratar do programa de análise de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, que vem sendo realizado pela Vigilância Sanitária de Santa Catarina, acompanhando os produtos dos supermercados e do Ceasa.

O segundo bloco tratará da importância da rastreabilidade para a cadeia produtiva de alimentos *in natura*: frutas, legumes e verduras. Enfim, é a defesa do consumidor na proteção e promoção da saúde humana e também do meio ambiente.

Em outro bloco iremos debater com técnicos de universidades e de governos do Paraná e do Rio Grande do Sul os impactos do uso de agrotóxico na saúde pública. Fala-se muito em saúde e, hoje, isso foi falado aqui no Plenário, mas é necessário se trabalhar as causas; é necessário que se busque saúde através da prevenção, para que não tenha que tratar a doença. Por isso, a questão do uso do agrotóxico de forma racional é um debate muito interessante a ser feito.

Por último, estaremos tratando também da produção agrícola sustentável na manhã desta sexta-feira. É um convite que faço a todos os srs. deputados para essa programação, que é bastante vasta, mas muito necessária para o início do programa de rastreabilidade dos nossos alimentos.

Hoje, aqui em Santa Catarina, já temos redes de supermercados que apenas comercializam produtos (frutos, verduras e legumes) rastreados com a questão do uso do agrotóxico.

Isso é preocupação com a saúde humana, com o meio ambiente, mas também valorização dos nossos produtos agrícolas.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

V.Exa. traz um grande tema com o qual esta Casa precisa se preocupar, o senhor como agrônomo e eu como agricultor.

Os nossos profissionais da área da saúde e nós estamos dialogando com o presidente para fazermos uma grande campanha sobre isso. Estamos discutindo a questão da alimentação escolar de nossas crianças para que elas tenham um alimento saudável.

Por isso, quero parabenizá-lo e somar-me a essa luta. Com certeza, se trabalharmos firmes, mudaremos essa realidade. Infelizmente, muitas vezes as pessoas compram um produto mais barato, não se preocupam com a qualidade do alimento e isso a médio e longo prazo custa caro para as pessoas em termos de saúde para o futuro.

Então, às vezes o imediato custa barato, mas o futuro custa caro. Portanto, essa avaliação nós temos que construir e trabalhar muito em termos de Epagri, Cidasc, para que nos acompanhem e para que nos deem suporte nessa questão de construirmos uma nova alternativa para a qualidade do alimento em nosso estado.

Assim, quero cumprimentá-lo pelo discurso nesta tarde e somar-me a essa luta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, assim como a sua preocupação com esse setor.

Quero registrar o trabalho realizado pela equipe da Vigilância Sanitária da secretaria da Saúde, liderado pela engenheira agrônoma Helena Cristiane de Oliveira Hoffmann, que faz um trabalho extraordinário juntamente com os nossos técnicos da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador Geraldo Garcia, do município de Jaguaruna, que está aqui tratando de assuntos de interesse daquele município, juntamente com Arnaldo Garcia.

Gostaria, sr. presidente, de agradecer ao secretário da Segurança Pública, ao coronel Nazareno Marcinero, pelas inaugurações que aconteceram ontem na cidade de Sombrio, da nova sede do quartel, bem como também da entrega de nove veículos para as Polícias Militares do vale do Araranguá. São investimentos entre o quartel e a entrega de veículos de mais de um milhão de reais, que vai sem dúvida nenhuma qualificar ainda mais a segurança pública do extremo Sul de Santa Catarina, que é sem dúvida nenhuma a porta de entrada dos gaúchos em Santa Catarina.

Queremos registrar a importância do ato. Agradecemos ao secretário da Segurança Pública. E foi colocada em funcionamento ontem na cidade de Sombrio o primeiro sistema de monitoramento por câmeras na cidade. Um começo que vai se estender para outros municípios da região, que vai sem dúvida nenhuma qualificar e melhorar muito a segurança pública no extremo Sul.

Por isso na qualidade de deputado estadual representando as pessoas que moram naquela região, quero aqui agradecer ao governador Raimundo Colombo, ao secretário César Grubba, que têm feito um trabalho extraordinário na segurança pública do estado.

Agradeço ao coronel Marcinero e a toda a cúpula da Polícia Militar, que com sensibilidade está ajudando a melhorar a segurança pública de nossa região.

A todos o nosso muito obrigado. Obrigado, sr. presidente, pela oportunidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência suspende a sessão até as 16hs. E às 16hs entraremos direto na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão até as 16hs.  
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.  
Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2012, que cria cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.  
(A votação será nominal pelo processo eletrônico.)

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os srs. deputados que votarem "não" rejeitam.

Em votação.  
DEPUTADO ALDO SCHNEIDER  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA  
DEPUTADA ANGELA ALBINO  
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim  
DEPUTADO CARLOS CHIODINI  
DEPUTADO CIRO ROZA  
DEPUTADO DADO CHEREM  
DEPUTADO DANIEL TOZZO  
DEPUTADO DARCI DE MATOS  
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT sim  
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI  
DEPUTADO DIRCEU DRESCH abstenção  
DEPUTADO EDISON ANDRINO sim  
DEPUTADO ELIZEU MATTOS sim  
DEPUTADO GELSON MERISIO sim  
DEPUTADO GILMAR KNAESEL  
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS  
DEPUTADO JAILSON LIMA  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI sim  
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim  
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim  
DEPUTADO KENNEDY NUNES  
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim  
DEPUTADO MANOEL MOTA sim  
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim  
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim  
DEPUTADO MAURO DE NADAL sim  
DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim  
DEPUTADO NEODI SARETTA sim  
DEPUTADO NILSON GONÇALVES  
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim  
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO sim  
DEPUTADO RENO CARAMORI  
DEPUTADO ROMILDO TITON  
DEPUTADO SANDRO DA SILVA sim  
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES não  
DEPUTADO SERAFIM VENZON  
DEPUTADO VALMIR COMIN sim  
DEPUTADO VALTER GALLINA sim  
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

Está encerrada a votação.  
Votaram 23 srs. deputados.  
Tivemos 21 votos "sim" e um voto "não" e "uma" abstenção.

Está aprovada a matéria em segundo turno.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0135/2012, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Itajaí (regularização pela rodovia SC-486).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.  
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0175/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera a Lei n. 3.821, de 1966, que declara de utilidade o Instituto de Ensino e Assistência Social, de Videira.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.  
Em discussão.  
(Pausa)  
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.  
Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0033/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que denomina Professor Enori Pozzo o Centro de Educação Profissional, do município de Curitiba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0126/2012, de autoria do deputado Ciro Roza, que declara de utilidade pública o município de Brusque como cidade berço dos Jogos Abertos de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0154/2012, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que reconhece o município de São Bento do Sul como pioneiro no pagamento de serviços ambientais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s 0284/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0285/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0286/2012 e 0287/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0288/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0289/2012 e 0290/2012, de autoria do deputado Darci de Matos.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s 0576/2012, de autoria do deputado Daniel Tozzo; 0577/2012, 0578/2012, 0579/2012, 0580/2012, 0581/2012, 0582/2012, 0583/2012, 0584/2012, 0585/2012, 0586/2012, 0587/2012, 0588/2012, 0589/2012 e 0590/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0591/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, e 0592/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n. 0030/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e ao secretário da Saúde, manifestando repúdio à privatização do serviço de atendimento móvel de urgência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

A presente moção está sendo retirada de pauta por solicitação do deputado líder do governo, para posterior entendimento com a deputada autora da matéria.

Moção n. 0031/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, a ser enviada ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando pela prorrogação da redução de Imposto sobre Produtos Industrializados para o setor de móveis, até o fim de junho.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0032/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidenta da República, aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, manifestando apoio à tramitação em regime de urgência da Medida Provisória n. 0568/2012.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Srs. deputados, temos um requerimento de autoria dos srs. líderes, no sentido de que possamos suspender a sessão, por até dez minutos, para ouvirmos o sr. Luis Alberto Ricoski Faria sobre o programa estadual de acesso a um computador por aluno, no município de Canoinhas.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - (Faz soar a campanha.) Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, faço uso da tribuna nesta tarde para falar sobre a Rio+20.

(Passa a ler.)

"De 13 a 22 de junho as atenções não apenas do Brasil, mas do mundo inteiro, estarão voltadas para a cidade do Rio de Janeiro, focadas na Conferência das Nações Unidas que abordará o tema desenvolvimento sustentável na Rio+20, assim chamada para recordar os compromissos iniciais deflagrados pelo encontro anterior promovido pela ONU, também no Rio, há 20 anos. Na atual edição da Rio+20, um dos temas centrais será a discussão ampla sobre o que se denomina, hoje, a 'economia verde' no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza.

Mais do que nunca é o grande momento para uma profunda reflexão: como podemos participar efetivamente deste novo momento, que ações podemos empreender para de fato mudar o quadro atual - que todos os estudos apontam como à beira de um desastre ambiental? Evidentemente que a primeira maneira de atuarmos é na nossa vida pessoal, nas nossas atitudes mais simples - como racionalizar o uso desse bem tão necessário que é água. Portanto, antes de tudo trata-se de uma questão de comportamento individual. Mas no plano geral temos também condições de adotar medidas que efetivamente levam à inadiável mudança. Políticos e empresários, unidos ao indispensável apoio do

mundo técnico-científico, das universidades, podem e devem adotar ações que dependem, basicamente, de vontade política.

Lembro aqui que muito se tem falado sobre a necessidade de energia limpa e que já existe tecnologia amplamente conhecida para isso. E o que é ainda mais importante: o nosso país é rico em recursos naturais, tanto em sua superfície (os mananciais de água, os ventos) quando no subsolo - basta citar as ricas reservas de carvão mineral do sul do país, notadamente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Temos o conhecimento do que temos e do que é necessário; falta apenas partirmos para a ação.

Recordo aqui da visita que fizemos o final do ano próximo passado à Índia e à China, organizada por esta Casa, onde pudemos conhecer o que há de mais moderno em tecnologia na geração de energia, principalmente em energia térmica, energia eólica e energia solar.

Há ainda a energia eólica, tão abundante em Santa Catarina e tão pouco aproveitada. No Rio Grande do Sul, novos parques eólicos serão inaugurados já em agosto, gerando mais de 200 megawatts de energia limpa. É lógico que temos um vasto recurso hídrico para as nossas hidroelétricas, mas não podemos esquecer que os rios dependem de fatores climáticos que podem levar à redução ou escassez, problemas que não existem na energia termoeletrica."

Penso que um país emergente como o nosso não difere da Índia, da China, da África do Sul, da Rússia. E esse assunto foi muito debatido na Conferência dos Brics, que tivemos a oportunidade de participar na China.

Também na semana próxima passada, tivemos a oportunidade de estar no Rio Grande do Norte onde presenciamos pela primeira vez a participação efetiva de um presidente da entidade Unale, um catarinense, o nosso particular amigo progressista Joares Carlos Ponticelli. E lá tivemos a oportunidade de ouvir os debates intensos, acalorados, deputado Antônio Aguiar, sobre temas permanentes de fontes renováveis e não. Lá mostravam os palestrantes, principalmente um que se destacou e que me impressionou muito, o palestrante Ricardo Amorim, o potencial dos países emergentes, por consequência, principalmente, da quebra de sem precedente ocorrida na Europa, que demonstra que em poucos anos os americanos terão que voltar à ativa, terão que trabalhar, deputada Luciane Carminatti. Um país que sempre se consolidou pela supremacia, mas acima de tudo pelo seu poderio bélico, pois as grandes reservas mundiais significativamente estavam em posse dos americanos e ainda continuam.

Pelo tsunami econômico de investimentos feitos na China, acaba sobrando positivamente para os países emergentes, e está caracterizado o Brasil como bola da vez. Um país de dimensão continental, de reservas naturais imensuráveis, de um povo generoso, hospitaleiro, criativo, de grandes universidades, precisa com certeza aproveitar esse grande momento. Não diferente o governo federal de oportunizar a condição jurídica para que esses investidores, através dos fundos de pensão, fundos privados, grandes empreendedores, possam vir aqui se estabelecer.

É preciso que possamos dar a condição da estrutura mínima básica para o escoamento da produção, dos produtos gerados pelas indústrias brasileiras e aquelas que aqui haverão de vir. Mas é preciso dizer que não podemos abrir mão de sequer uma fonte de energia, quer renovável ou não, principalmente no momento em que o Brasil está com uma expectativa promissora de

desenvolvimento e oportunidade de investimentos, que se compromete a poder trazer esses investimentos, onde com certeza haverão de gerar fatores de riqueza, de emprego e renda a todos os brasileiros e de maneira especial ao nosso estado de Santa Catarina.

Faço essa menção para dizer que na Rio+20 teremos também um painel na Federação Nacional da Mineração, da extração do carvão mineral, onde poderão discorrer sobre o assunto e a temática dos subprodutos que estão agregados à cadeia produtiva do carvão como forma de agregação de valores e de renda.

Visualizamos na China, por exemplo, um país que a sua matriz energética hoje é detentora de 80% da demanda oferecida às indústrias daquele país. Uma Polônia com 98%, os Estados Unidos com 45% e a Alemanha com 54%. Por que não podemos aproveitar esse minério a exemplo do pré-sal que está em tela, no auge e que também é emissor, sim, de gás no efeito estufa?

Por essa razão, espero, sr. presidente, a compreensão do ministério de Minas e Energia para que coloque na matriz energética deste país, dentro do sistema integrado da geração de energia, da cesta básica de combustível, a geração de energia a partir do carvão, aproveitando o potencial eólico, solar, todas as fontes hídras e todas as possíveis renováveis, mas sem o caráter de poder dispensar qualquer tipo de geração de energia fóssil, de energia não renovável, porque um país emergente que necessita de uma demanda muito grande de investimentos não só na geração, mas também na sua transmissão, não pode abrir mão dessa matriz, desse produto que está em subsolo catarinense e gaúcho, que soma uma reserva estimada, auferida pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, em aproximadamente 32 bilhões de toneladas.

Aqui esteve a presidente da Petrobras, na época diretora, Maria das Graças Fostes, afirmando que o carvão mineral catarinense e gaúcho tem a condição de produzir 322 mil barris de petróleo/dia, o petróleo 4 A que importamos da Nigéria para fazer o *bland* nacional.

Por essa razão é que caracterizo de suma importância a segurança jurídica por parte do governo federal para este setor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, sra. deputada, estivemos hoje no município de Itapema, onde amanhã teremos uma audiência pública para discutir a segurança pública no município.

Toda a comunidade está mobilizada, a Câmara de Vereadores, as lideranças, a associação empresarial e toda população.

Agradeço também o empenho do comunicador Tanaka, da Rádio Cidade. O Cleverson Tanaka Rubini é um grande comunicador, um grande líder, também advogado, jurista, conhecedor dos problemas do Direito, da segurança pública e muito tem se empenhado para a realização desse evento.

O município de Itapema tem algumas prioridades na questão de segurança. E todos os municípios são unânimes, deputada Luciane Carminatti, em pedir efetivo.

Também existe um projeto de construção de uma nova delegacia. O município tem um corpo de bombeiros bem instalado, em

condições; tem a Polícia Militar também buscando efetivo e buscando aprimoramento, com uma equipe competente, temos que reconhecer isso, tanto na Polícia Civil como na Polícia Militar.

Teremos também, amanhã, às 19h, na Câmara de Itapema e hoje, às 19h, na Câmara Municipal de Palhoça um debate sobre a segurança pública, uma audiência pública promovida pela Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Gilmar Knaesel, com a participação dos deputados da nossa Casa Legislativa.

O município de Palhoça necessita também de grandes investimentos na área da segurança pública, como a implantação, pelo menos já estava em fase final, de uma delegacia de proteção à mulher, à criança, ao idoso, de mais uma delegacia de Polícia.

A própria delegacia regional de Palhoça encontra-se num imóvel que atendia à necessidade do município, mas hoje já está bastante defasado.

Então, é importante que os Consegs, que a comunidade, os vereadores, estejam presentes. A deputada Dirce, enfim, toda a comunidade deve Palhoça participar. E a comissão de Segurança está fazendo uma radiografia da situação da segurança no estado, para ajudar o Executivo, ajudar a secretaria, a Polícia Militar, a Polícia Civil, nesse objetivo que é de todos os catarinenses, da melhora da nossa segurança pública.

Hoje, temos uma categoria importantíssima na questão da segurança, que são os agentes prisionais. O sistema prisional do estado de Santa Catarina vem sendo aprimorado também neste governo, com a criação da secretaria de Justiça e Cidadania, uma secretaria específica para cuidar desses assuntos.

Hoje, em Brasília, está se realizando no auditório Tancredo Neves, do ministério da Justiça, uma audiência pública sobre o sistema prisional, um debate sobre o atual modelo de sistema prisional, suas diretrizes políticas e ordenamento legal, com foco nas condições de vida no cárcere, considerando as necessidades da pessoa presa e dos trabalhadores no sistema prisional, com vários palestrantes.

O segundo tema a ser abordado neste debate é o papel dos agentes penitenciários no sistema penal, considerando a proposta de emenda constitucional PEC 308 e alternativas de regulamentação constitucional.

Os agentes penitenciários lutam muito para a criação da Polícia Penal. E para isso existe já um projeto em nível nacional, a PEC n. 308, que altera o art. 144 da Constituição Federal, que trata da segurança pública.

Essa PEC de autoria do deputado Neuton Lima estabelece algumas alterações na inclusão da carreira dos agentes penitenciários e cria a Polícia Penitenciária Federal e a Estadual. É um anseio da categoria essa regulamentação e uma necessidade. A própria justificativa do projeto da PEC já explica:

(Passa a ler.)

“A iniciativa propõe a alteração do texto constitucional para criar instituições, nas esferas federal e estadual, destinadas a assumir os encargos de guarda, escolta e recaptura de presos condenados ou custodiados pela Justiça.

A pretensão contribui significativamente para o aperfeiçoamento do sistema de segurança pública ora vigente no país, uma vez que libera definitivamente os integrantes das Polícias civis e militares de encargos em atividades carcerárias. Sabemos que uma parcela vultosa dos efetivos de ambas as

Polícias estão mobilizados para a guarda de presos, tanto os que cumprem sentenças de reclusão em instituições penais, quanto os que permanecem nas carceragens das delegacias durante o andamento dos processos judiciais.

Entendemos que tais encargos são extremamente prejudiciais para a eficácia do sistema de segurança pública como um todo, já que imobiliza, na guarda de presos, os policiais que deveriam estar provendo a segurança da população em atividades de policiamento ostensivo ou na apuração das infrações penais cometidas.”

Esse é o texto da justificativa da Proposta de Emenda Constitucional n. 308 do Congresso Nacional, que hoje está sendo debatida nessa audiência pública sobre o sistema prisional.

Defendemos a regularização dessas categorias, do desempenho de suas funções, que hoje está fora do contexto constitucional, sem a proteção, já que o art.144 da Constituição, que trata da segurança pública, prevê polícia federal, civil, militar, rodoviária, bombeiros, e a categoria dos agentes prisionais ainda não consta, mas tem que ter uma legislação específica para a proteção de suas atividades.

Com o fortalecimento dessa polícia prisional, da atividade dos agentes, teremos, com certeza, uma liberação de mais policiais civis e militares que hoje, em muitos estados, municípios e comarcas, ficam com a atividade de guarda carcerário, que não é uma atividade policial. E os policiais devem ser, sim, liberados para as atividades de policiamento ostensivo e para as atividades investigativas que são da polícia judiciária e da civil.

Então, existe o nosso empenho para que essa audiência pública traga resultados e terá o nosso apoio aqui no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - A próxima oradora inscrita é a deputada Luciane Carminatti por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente Gelson Merisio.

Neste momento, farei uma pequena apresentação de um vídeo sobre a Universidade Federal Fronteira Sul. Mas antes quero dizer que realizamos uma audiência pública da comissão de Educação, Cultura e Desporto, no dia 4 de junho, em Chapecó, para discutir os investimentos na Universidade Federal Fronteira Sul e a implantação do curso de Medicina.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Esse é o evento que realizamos no Clube Industrial, lotado, com mais de 400 pessoas presentes, deputados, o presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni, a Federação do Comércio de Santa Catarina, Fecomércio, a Associação Comercial e Industrial, Cicon, a Associação Catarinense dos Municípios, Amosc, a Ordem dos Advogados do Brasil, representantes dos movimentos sociais, do Hospital Regional do Oeste, da classe médica, da Associação das Câmaras Municipais, da Prefeitura de Chapecó, da Reitoria e dos estudantes.

Para se ter uma ideia, realizamos a audiência no dia 4, e o anúncio do governo federal se deu no dia 5. Tínhamos uma leitura de que demoraria um pouco mais esse anúncio, mas infelizmente ou felizmente o governo anunciou em tempo recorde a expansão da Medicina no Brasil.

São 2.415 vagas, sendo que nas universidades federais temos 1.260 de cursos

novos, 355 existentes e 800 vagas no ensino superior, nas universidades privadas.

Por que estamos dizendo que Santa Catarina merece mais um curso de Medicina? Porque temos apenas um curso de Medicina na capital totalmente público, na Universidade Federal de Santa Catarina. E se imaginarmos, formamos 40 alunos, 40 médicos, a cada seis anos, para um universo de 293 municípios. É por isso que falta médico.

Hoje na tribuna muito se falou do problema da falta de médicos que é ainda mais grave nos municípios de médio e pequeno porte, uma vez que em Santa Catarina 80% dos médicos estão concentrados na região metropolitana da capital.

Então, em Santa Catarina temos uma média de 1,7 médicos por mil habitantes, e em relação a vagas, 8,9. Bem diferente do Rio Grande do Sul que tem mais, de Minas Gerais, que levou 220 vagas, ou seja, tem muito mais médicos por mil habitantes e mais vagas.

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada em 2009, em 396 municípios, três estados, cinco cidades, sendo que Chapecó é a sede da universidade. Portanto, merece o maior investimento.

Hoje, temos 33 cursos de graduação, oito *latu sensu* e um curso *stricto sensu* de pós-graduação.

Todas as graduações têm um enfoque regional. É por isso que temos as Ciências Agrárias como um centro importante dessa universidade e os cursos específicos de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada região.

São 442 professores, 181 doutores e 243 mestres, para uma universidade que começou em 2009. Dos 405 servidores técnicos, 166, portanto, 40%, graduados, 30% especialistas e 5% mestres.

Essa obra federal tem sido a principal obra do oeste catarinense e também de Chapecó nos últimos 30 anos. E deixa uma folha de pagamento de quase cinco milhões por mês. Só Chapecó leva quase dois milhões por mês, deputado Gelson Merisio. São dois milhões que a nossa Universidade Federal está deixando por mês em Chapecó, para investimento na economia local. É pouco, sim, mas já é muito, depois de 50 anos com a única universidade na Capital. E isso é graças ao governo Lula.

Nos cinco campi, em 2012, temos 5.095 alunos cursando. Em Chapecó, em 2012, temos 2.034 alunos cursando a universidade. Qual é o perfil dos alunos? Aqui há algo que muito nos orgulha nessa universidade. Quem tem acesso à universidade pública federal são alunos oriundos do ensino médio público. Para termos uma ideia, 97,9% em 2012 são alunos que tiveram, no mínimo, no ensino médio, um ano de escola pública. Esse é um critério.

Quando pensamos a concepção dessa universidade, compartilhamos do conflito de que os pobres neste Brasil, além de não chegar à universidade, quando chegam, têm que pagar. E os filhos dos ricos ou da classe média são aqueles que também se beneficiam da universidade pública. Então, ganham duplamente. Neste sentido, garantimos que os alunos do ensino médio da escola pública tivessem prioridade, inclusive levando uma pontuação para além da nota do exame. Isso possibilitou que quase 100% dos alunos viessem do ensino público.

Em 2011, portanto, no ano passado, foram concedidos quase R\$ 2 milhões em investimentos somente para bolsas de estudo. Além de não ter a mensalidade, os alunos também recebem uma bolsa benefício para que possam ter então direito a pagar o seu

transporte, alimentação ou moradia. No ano de 2012, já foi investido praticamente meio milhão em função de bolsas.

Foram entregues 225 bolsas de extensão, além dos benefícios anunciados, para os alunos que fazem seus projetos de pesquisa e programas de extensão.

Temos em Chapecó praticamente 80 salas de aula. Falta apenas a prefeitura fazer a pavimentação do acesso, que é compromisso assumido pelo prefeito, mas as obras já podem ser inauguradas neste mês. São 80 salas de aula num custo de R\$ 13 milhões, e a maioria das empresas são de Chapecó.

O projeto ainda prevê mais quatro blocos. Várias dessas obras estão sendo edificadas, bem como um restaurante universitário, 13 laboratórios, centro de convivência com auditório para mil pessoas, biblioteca, reitoria, entre outras dependências. Um total de R\$ 106 milhões foi investido por parte do governo federal.

Quanto aos cursos que temos em Chapecó, quero chamar atenção à afirmação de que Chapecó vai ter o curso de Medicina. Pode não ter neste momento, mas terá no futuro, com certeza. Os cursos foram elencados a partir da ideia de se estruturar centros. E um dos cursos implantados foi Enfermagem, justamente para estruturar o Centro de Ciências da Saúde. Não dá para imaginar uma universidade federal com apenas um curso num centro.

Quero deixar o registro da importância que tem essa obra que como tenho dito é a maior obra, sem sombra de dúvida, dos últimos 30 anos para Chapecó não apenas porque deixa R\$ 2 milhões por mês para a economia local, pois esses recursos acabam no comércio, no mercado, na farmácia, nas lojas, mas também porque aquece o setor imobiliário que vende mais apartamentos, casas. Além disso, é claro, essa universidade garante aquilo que é o nosso bem maior, que é o acesso ao ensino superior, à pesquisa, ao mestrado, ao doutorado e à graduação.

Portanto, temos orgulho dessa universidade e estamos fazendo todas as tratativas em Brasília para que Santa Catarina tenha vagas de Medicina na Universidade Federal da Fronteira Sul.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Quero registrar o integral apoio à causa da universidade federal e o reconhecimento à grande conquista de Chapecó, do nosso estado e da região neste patrimônio nosso, que é a universidade federal.

O próximo orador inscrito é o deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Aleesc Digital.

Como havia dito ontem, esse tempo todo que me mantive longe da Casa me fez acumular os assuntos que devo trazer a esta tribuna. E o primeiro deles é que me sinto no dever de fazer aqui, além do agradecimento, uma prestação de contas do que foi a nossa XVI Conferência dos Legislativos e Legisladores Estaduais, que ocorreu de 29 de maio a 1º de junho na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte.

Inicialmente, sr. presidente, agradeço a v.exa. porque se conquistamos a essa posição pela vez primeira para Santa Catarina de presidir a entidade, foi no apoio de v.exa., tanto na realização da conferência no ano

passado, quando o nosso estado sediou pela primeira vez a conferência da Unale, como no respaldo que tivemos de v.exa. e de toda a Mesa Diretora em todo processo de encaminhamento e organização para essa XVI Conferência.

Também agradeço aos nossos servidores da Assembleia Legislativa; quero agradecer a todos em nome da Rosana, aos nossos servidores que foram cedidos para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte para a organização da Unale e que foram mais uma vez extremamente importantes para o sucesso geral daquela conferência.

Agradeço aos parlamentares de Santa Catarina que lá estiveram, à minha bancada que foi integralmente: deputado Silvio Dreveck, deputado Valmir Comin que exerce a liderança da nossa bancada, deputado José Milton Scheffer, deputado Reno Caramori.

A presença integral da nossa bancada deixou-me muito sensibilizado, bem como a presença do deputado Volnei Morastoni, do deputado Dirceu Dresch, do deputado Gilmar Knaesel, do deputado Serfim Venzon e do deputado Carlos Chiodini, portanto, 25% da nossa Assembleia estiveram lá participando e prestigiando aquele momento.

Ainda agradeço aos demais colegas que justificaram, que tiveram a generosidade de me ligar para justificar a ausência inclusive por aquele momento importante não para mim pessoal, embora não posso negar que foi muito gratificante do ponto de vista pessoal, mas para Santa Catarina, porque presidir essa entidade significa ter a oportunidade de sentar à mesa para discutir temas importantes que estão na pauta e no debate nacional e que interessam ao cidadão catarinense.

O primeiro assunto que vamos pautar nesse período de mandato, que vamos dar continuidade até porque a Unale vem debatendo esse assunto há algum tempo, é essa questão das dívidas do estado. Esse é o primeiro assunto que pautaremos na reunião de diretoria que faremos amanhã, em Brasília, onde definiremos toda essa agenda de trabalho.

Já combinamos com o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que também é presidente do Colégio de Presidentes de Assembleias Legislativas, que estaremos em Brasília para discutir essa agenda que pretendemos estabelecer com a Presidência da República, com a nossa presidente Dilma Rousseff, com os ministros da Fazenda e do Planejamento, com os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, para dar continuidade e, principalmente, celeridade nessa questão da renegociação da dívida dos estados.

A Unale, como v.exas. sabem, vem há algum tempo pautando e priorizando esse assunto. O conselheiro Sebastião Helvecio, de Minas Gerais, tem sido um grande colaborador de todo esse processo. Fizemos quatro debates públicos, um em Vitória, no Espírito Santo, outro em Belo Horizonte, outro no Rio Branco, no Acre, e o último em Porto Alegre, ocasião, a partir desse debate, mais a conferência em Natal, em que propusemos uma proposta concreta de renegociação dessa dívida, em que pretendemos trocar o indexador.

Não podemos mais aceitar que diante do momento econômico que o Brasil vive se mantenha o IGPDI mais 6%. Esse é o juro mais escorchante, a maior taxa que se pratica no mundo, acredito. Tanto que Santa Catarina tinha, em 1998, quando renegociou a dívida, um montante de R\$ 4,3 bilhões. Esse era o saldo da nossa dívida quando ele foi renegociado em 1998. Nesse período pagamos R\$ 7,6 bilhões e estamos devendo R\$ 10 bilhões.

Então, é uma dívida que somente cresce. Por maior que seja a parcela, por maiores que sejam os juros, estamos, a cada ano, vendo os cofres de Santa Catarina sangrarem cada vez mais numa parcela maior e a dívida, ao invés de diminuir, está crescendo cada vez mais por conta dessas taxas inaceitáveis, especialmente diante do momento econômico que vive o Brasil.

Temos outros exemplos: Minas Gerais, quando renegociou a dívida em 1998, devia R\$ 14 bilhões, pagou R\$ 20 bilhões e deve R\$ 50 bilhões. Essa é a situação de praticamente todos os estados do Brasil, e o que queremos é a renegociação já! Queremos que o governo federal troque o indexador de IGPD para IPCA e que sejam comprometidos, no máximo, 9% da receita dos estados para o pagamento da dívida. Hoje, esse comprometimento é de 13%. Com isso tivemos no passado em torno de R\$ 1,5 bilhão retido dos cofres de Santa Catarina por conta do pagamento dessa dívida que somente cresce contra apenas R\$ 1 bilhão de investimento.

Então, do que se investiu tivemos para o pagamento da dívida praticamente a metade, uma vez e meia dos investimentos que Santa Catarina pode oferecer aos seus cidadãos.

Imaginem v.exas. o resultado que teremos já no primeiro momento, se conseguirmos trocar o indexador e reduzirmos o

percentual de comprometimento de 13% para 9%. Isso já nos permitiria, no primeiro ano, uma economia de quase R\$ 400 milhões, o que daria para ampliar significativamente a capacidade de investimentos do nosso estado.

Esse é um assunto que vamos tocar e encaminhar na reunião de amanhã. Pretendemos, para a primeira semana de julho, conclamar aos parlamentares para estarmos em Brasília, a fim de encaminhar esse processo que as Assembleias Legislativas vêm discutindo através da sua representação há quase uma década, desde que começamos a perceber que esses juros eram abusivos.

Entendo que é chegado o momento de dizermos à Presidência da República que não dá mais para esperarmos, pois os estados não suportam mais, até porque a carga de responsabilidade tem sido cada vez maior, como o ônus repassado para os estados por conta de compromissos que a própria união não cumpre, e aí acho que a questão da saúde exemplifica bem isso.

Se analisarmos essa questão, hoje os estados e municípios são os únicos que estão efetivamente cumprindo, na sua maioria, os mínimos investimentos constitucionais em saúde, enquanto que a união, que deveria investir 10%, não cumpre a sua parte, além dessa concentração cada vez maior da receita pública do Brasil nas mãos do governo central.

É preciso deixar claro que essa não é

ação exclusiva do atual governo. Eu não estou tecendo nenhuma crítica ao governo da presidente Dilma Rousseff, até porque esse processo todo vem se constituindo de 1988 para cá.

Desde a promulgação da Constituição estamos percebendo que os sucessivos governos federais vão fazendo a sua reforma tributária, porque vão instituindo taxas e contribuições, aquelas que não precisam compartilhar com estados e municípios, assim resolvendo os seus problemas de caixa, transferindo responsabilidades e deixando estados e municípios em situação cada vez pior.

Precisamos, então, retomar e encaminhar esses assuntos. E é chegada a hora, porque estados e municípios estão cada vez comprometendo mais as suas finanças sem ter condições de cumprir com os seus compromissos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Não há mais oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, à noite, às 19h.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 017ª SESSÃO ESPECIAL

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

## EM HOMENAGEM À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL E CULTURAL DE BIGUAÇU (ACIBIG) PELA PASSAGEM DOS SEUS 25 ANOS DE FUNDAÇÃO

#### Sumário

**SENHOR JOSÉ BRAZ DA SILVEIRA** - Faz um relatório histórico da Acibig.

**SENHOR IZAMIR JUNKES** - Agradece as homenagens recebidas, em nome dos homenageados.

**SENHOR VALÉRIO JUVENAL DA SILVA** - Em nome da diretoria, homenageia os associados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Nei Ascari) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as seguintes autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Senhor prefeito de Biguaçu, José Castelo Deschamps;

(Palmas)

Senhor presidente da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu, Valério Juvenal da Silva;

(Palmas)

Senhor desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, dr. Antônio Monteiro Rocha;

(Palmas)

Senhor vereador do município de Biguaçu, Nacet Tomaz de Souza, neste ato representando o excelentíssimo senhor presidente da Câmara Luiz Felback;

(Palmas)

Senhor presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Biguaçu, Marco Aurélio Dias;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores deputados, a presente sessão foi convocada por solicitação do sr. presidente Gelson Merisio e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares, em homenagem à Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu, na passagem dos seus 25 anos.

A seguir teremos a interpretação do Hino Nacional pela senhorita Juliane Pedrosa, acompanhada do tecladista Maurício Vieira.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Senhor Alessandro Garbelotto, vice-presidente da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu;

Senhor José Braz da Silveira, vereador de Biguaçu;

Senhor promotor de Justiça da 2ª Promotoria da comarca de São José, Fabiano Henrique Garcia;

Senhor secretário do Desenvolvimento Urbano e Transportes de Biguaçu, Saul de Mello Ferreira;

Senhora Zaida Rabello Petry, neste ato representando a sra. deputada estadual Dirce Heiderscheidt;

Senhora Rafaeli Saibro, neste ato representando a sra. deputada federal Luci Choinacki;

Senhor diretor da secretaria do Desenvolvimento Econômico de Biguaçu, senhor Roberto Weldner, neste ato representando o senhor secretário João Braz;

Senhor presidente da Cooperativa de Crédito da Grande Florianópolis, senhor Celso Vedana;

Senhora Sara Toscan Camargo, neste ato representando o presidente da Câmara de Dirigentes Logistas de Florianópolis, senhor Pedro Paulo de Abreu.

Gostaria, em nome do presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio, de dar a todos as boas-vindas e já de início justificar a ausência do nosso presidente que recebeu há pouco uma missão importante e solicitou que estivessemos aqui para presidir esta importante sessão.

Gostaria, ainda, de registrar que a missão constitucional, regimental de um parlamentar é legislar, fiscalizar os órgãos do poder público, mas este Parlamento não pode limitar-se a cumprir apenas essas funções, ele precisa reconhecer o trabalho de pessoas, de entidades, e por isso estamos aqui nesta noite reconhecendo a importância da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu - Acibig - não apenas no contexto municipal, mas também regional. Temos conhecimento da atuação desta associação, do seu trabalho, interagindo com outras entidades municipais, regionais e também com o poder público na busca de

soluções para de uma forma ou de outra melhorar a vidas das pessoas.

Dessa forma, esta Casa, neste momento, presta esta homenagem muito justa e o meu desejo é de que estejamos aqui daqui a alguns anos para comemorarmos, aí sim, o cinquentenário desta entidade que ocupa um espaço importante no cenário local e regional.

Registramos também a presença do vereador de Biguaçu, Wilson Norberto Alves, e também da sra. secretária da Agricultura e Biguaçu, Conceição Hermínia Miranda.

Convido o senhor José Braz da Silveira, vereador de Biguaçu, um dos fundadores da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu, para fazer um relato da história da entidade.

Antes, porém, gostaria de passar a condução dos trabalhos desta sessão ao presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio.

O SR. JOSÉ BRAZ DA SILVEIRA - (Passa a ler.)

“Excelentíssimo sr. deputado estadual Gelson Merisio, digníssimo presidente da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimo sr. deputado estadual José Nei Ascari, que há pouco presidiu esta sessão;

Excelentíssimo senhor desembargador dr. Antônio Monteiro Rocha, aqui representando o presidente do Tribunal de Justiça;

Excelentíssimo senhor José Castelo Deschamps, digníssimo prefeito municipal de Biguaçu;

Excelentíssimo senhor vereador Nacet Tomaz de Souza, aqui representando o presidente da Câmara de Biguaçu;

Prezado senhor Valério Juvenal da Silva, digníssimo presidente da Acibig;

Prezado senhor Marco Aurélio Dias, digníssimo presidente da CDL de Biguaçu;

Prezados colegas associados da Acibig, especialmente os 62 fundadores, minhas senhoras e meus senhores.

Quero começar agradecendo à atual diretoria pelo honroso convite para falar nesta sessão especial em nome dos sócios fundadores, fazendo um relato histórico da nossa associação.

Quando tomamos a iniciativa de propor aos empresários de Biguaçu a criação da Acibig, tínhamos uma preocupação e uma certeza. A preocupação de que uma entidade de classe como essa iria exigir muito trabalho e dedicação de todos nós. Mas ao mesmo tempo tínhamos a certeza de que o município de Biguaçu precisava muito de uma associação comercial e industrial.

A primeira reunião realizada em 1º de junho de 1987 foi cercada de dúvidas e expectativas. Ao circular pela cidade convidando os comerciantes para o ato, recebi diversas manifestações de desestímulo. Houve quem me falasse que não compareceriam mais de 10 pessoas, que não iria dar certo. Mas, felizmente, compareceram 62 empresários e aí nós nos sentimos mais encorajados.

Tivemos o apoio do antigo Ceag - Centro de Apoio Gerencial da Micro e Pequena Empresa -, órgão que depois foi incorporado pelo Sebrae. O funcionário do Ceag, Dilceu Colombelli, foi grande motivador naquele início. Já o empresário Francisco Schork, da Associação Comercial de Guaramirim, foi o primeiro palestrante. O trabalho de convencimento dos comerciantes de Biguaçu foi sofrido. Tivemos o apoio e o incentivo de muitos, mas também enfrentamos a frieza e o ceticismo de alguns. Mas não desanimamos. Ao contrário, estávamos determinados a conseguir aquele objetivo em favor da nossa classe e da nossa cidade.

Já naquela primeira reunião escolhemos uma comissão provisória para preparar a primeira assembleia-geral e providenciar o registro dos estatutos. Até a primeira logomarca, um biguá de asas abertas abraçando a sigla Acibig foi definido como o nosso primeiro símbolo, e depois alterado. Uma frase de efeito tinha como norte uma bandeira de luta já de imediato: ‘Valorize o que é nosso’.

Quero saudar de modo especial o empresário Izamir Luiz Junkes, o primeiro presidente da Acibig. Também, de forma especial, saúdo o atual presidente Valério Juvenal da Silva, e em nome deles estendo os meus cumprimentos a todos os dirigentes da Acibig ao longo desses 25 anos. A Acibig é hoje uma entidade muito forte, graças ao empenho e à dedicação de seus sócios e dirigentes ao longo de sua história.

É importante lembrar neste momento as inúmeras dificuldades dos primeiros anos. O primeiro escritório da Acibig foi acanhado, simples. Depois tivemos o segundo escritório e conseguimos uma linha telefônica emprestada, cedida por um sócio. E na época em que o telefone fixo valia um valor equivalente a um carro, nós esquecemos de pagar a tarifa e o telefone acabou sendo tomado pela Telesc.

Mas quando esses problemas foram superados, à medida que os anos passavam a empolgação dos associados era um pouco maior. Inclusive, conseguimos mudar para o novo endereço e ter um escritório um pouco mais em condições de atender os sócios.

Felizmente o tempo das grandes dificuldades é coisa do passado. Hoje a Acibig tem a sua sede própria, na rua 7 de setembro, a chamada a Casa do Empresário, onde presta um trabalho não só aos sócios, mas também a nossa cidade de Biguaçu. Em todas as grandes lutas do município e região a Acibig tem demonstrado a sua força e o seu apoio incondicional.

A Acibig sempre foi filiada à Facisc e a convite dessa federação se fez presente por todo o estado para representar Biguaçu nos encontros e assembleias promovidos pela Facisc durante todos esses anos. Lembro-me, presidente Gelson Merisio, que nos anos 90 estivemos na cidade de Rio do Sul, e v.exa., hoje deputado, à época era empresário de Vanxerê, foi eleito presidente da Facisc com o nosso apoio. Hoje temos a satisfação de encontrá-lo aqui presidindo o Poder Legislativo do estado.

Ao longo desses 25 anos a Acibig se transformou em uma entidade sólida e muito importante para Biguaçu e região. São muitos anos de trabalho sério na construção de um conceito próprio. Nossa homenagem de gratidão aos associados e dirigentes de todos os tempos. Os primeiros tiveram o mérito de vencer as adversidades iniciais e os mais novos, a capacidade de transformar a Acibig em uma das mais fortes entidades de classe de Santa Catarina.

A homenagem desta Casa Legislativa é merecida e servirá como um elixir para renovar os ânimos dos atuais dirigentes.

Obrigado deputado Gelson Merisio, obrigado a todos os deputados desta Casa. Obrigado a todos presentes, um abraço a todos e muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido a mestre de cerimônias, Soraia Boabaid, para proceder à nominata dos homenageados.

A SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu, pela passagem dos seus 25 anos promovendo

a integração, o desenvolvimento empresarial e social, estimulando a livre iniciativa, o associativismo e a prática de ações que beneficiem a sociedade como um todo, fortalecendo o segmento empresarial de Santa Catarina.

Convido o excelentíssimo senhor presidente, deputado Gelson Merisio, para fazer a entrega da homenagem em nome do Poder Legislativo ao senhor Valério Juvenal da Silva, presidente, neste ato representando a Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando sequência à solenidade o Poder Legislativo presta homenagem aos ex-presidentes e presidente, que muito contribuíram para o fortalecimento da associação.

Convido o senhor deputado José Nei Ascari, para fazer as entregas das homenagens.

Convido para receber a homenagem o senhor Izamir Junkes, presidente de 1987 a 1989.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor Jucélio Jacob de Andrade, presidente de 1993 a 1995.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor Anselmo da Silva, presidente de 1995 a 1997.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor Robson Rodrigo de Carvalho, presidente de 1997 a 1999 e de 2010 a 2011.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor Renato Lazzarotto, presidente de 1999 a 2001.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor Aldo Rocha de Moura Ferro, presidente de 2001 a 2007.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor John Kennedy Lara da Costa, presidente de 2008 a 2009.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o senhor Valério Juvenal da Silva, atual presidente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecendo o deputado José Nei Ascari, convido o presidente da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu senhor Valério Juvenal da Silva, para fazer a entrega das homenagens.

A seguir o Poder Legislativo presta homenagem às entidades que contribuíram para o fortalecimento e crescimento da associação.

Convido para receber a homenagem o representante do Armazém Vieira Ltda., senhor Ronei José Costa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do Biguaçu Empreendimentos e Incorporações de Imóveis Ltda., senhor Gustavo Reis, neste ato representando o senhor José Castelo de Deschamps.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do Comercial Andrade Ltda., senhor José Andrade

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Edith Hames Petry Ltda., senhora Zaida Rabelo Petry.

Agradecendo o senhor Valério Juvenal da Silva, convido o senhor prefeito de Biguaçu, José Castelo Deschamps, para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o representante da Floranda Comércio de Flores Ltda., senhor Antônio Bove.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Garbelotto & Cia. Ltda., senhor Alessandro Garbelotto, neste ato representando o seu pai, Roberval Garbelotto.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante do Escritório de Contabilidade Dutra, senhor Humberto Costa Dutra.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Indústria e Comércio de Sorvetes Q-Legal Ltda-ME, senhor José Ananias Martendal.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecendo ao excelentíssimo senhor prefeito José Castelo Deschamps, convido o vereador do município de Biguaçu, senhor Nacet Tomaz de Souza, para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o representante da José Braz da Silveira ME, senhor José Braz da Silveira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da José Manoel da Cunha Júnior ME, neste ato representado por seu filho, José Carlos da Cunha.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da L.R. Técnica Serviços Elétricos e Mecânicos Ltda., senhor Leandro Marcílio Rodrigues.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a representante da Manoel de Souza Neto ME, sra. Solange de Miranda.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Martinho Nunes Santana Filho Ltda., senhor Martinho Nunes Santana Filho.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecendo ao vereador senhor Nacet Tomaz de Souza, convido o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Biguaçu, senhor Marco Aurélio Dias, para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o representante da Nadibel Distribuidor e Comércio de Bebidas Ltda., senhor Nagib José Garcia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem os representantes da Organização Ideal, Empresas Conglomeradas, senhor Renato e Sônia Petry.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Orlando Sebastião Steffens Ltda., senhor Orlando Sebastião Steffens;

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a representante da Papelaria Central, senhora Nalza Rodrigues, filha do fundador senhor José Adir Rodrigues.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecendo ao presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, senhor Marco Aurélio Dias, convido o excelentíssimo senhor desembargador do Tribunal de Justiça Antônio Monteiro Rocha para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o representante da Renato Indústria e Comércio de Refrigeração Ltda., senhor Renato Leal, *in memoriam*, neste ato representado por seu filho Felipe Leal.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o representante da Sandro Comércio de Automóveis Ltda., *in memoriam*, representado pelo senhor Alexandre Martins de Souza.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecendo ao excelentíssimo desembargador, gostaríamos de dizer que seriam também homenageados nesta solenidade: senhor José Ricardo Petry, presidente que está acidentado; Acessório M.M. Ltda.; Açougue do Vilmar ME; Alcebíades Bento de Jesus Ltda.; Alfredo Day Filho Ltda.; Armazém Vieira Ltda.; Auto Elétrica Eunésio Casas ME; Cantinho das Novidades ME; Cine Foto Ricardo ME; Comercial Gêmeos Ltda.; Comercial de Tintas Fernandes Ltda.; Comércio de Transporte Sulanibal Ltda.; Comércio e Representações Agropecuária Litorânea Ltda.; Comércio e Representações Junkes Ltda.; Dácio Dário Cúrcio Ltda.; Distribuidora de Bebidas Orsi Ltda.; Fâbi Móveis Ltda.; Gonçalves Comércio de Pescados Ltda.; Hilma dos Santos.

Convido para receber a homenagem o representante da Cloro Química Guaporânea Ltda. que está presente, e para fazer a entrega convido o senhor presidente Valério Juvenal da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Continuando, cito a Indústria e Distribuidora de Produtos Bovinos Ltda.; Irmãos

Hoffmann Ltda.; Loja Lili; Loja Petry; Madeart Boeing & Cia. Ltda.; Madesquadri Indústria e Comércio de Madeira Ltda.; Margan Confeccções; Marquesul Material de Construção Ltda.; Material de Construção Pereira Ltda.; Mini Loja Miranda; Oficina Mecânica SS Ltda.; Oligraf Oliveira Serviços Gráficos Ltda.; Orsi Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios Ltda.; Osmar Basílio da Rocha; Ozias Deodato Alves; Régis & Cia. Ltda.; Reinaldo Schlickmann Júnior; Restaurante Miramar Ltda.; Solimar Comércio de Peças e Serviços Ltda.; Supermercado Moinho Ltda.; Valcir Madeiras Ltda. e Walmir Nunes Ltda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. Izamir Junkes, primeiro presidente da Associação entre os anos de 1987 e 1989.

O SR. IZAMIR JUNKES - Boa-noite!

(Passa a ler.)

"Senhoras, senhores, associados, associadas, diretores, ex-diretores, presidentes, ex-presidentes, srs. deputados e autoridades aqui presentes.

Excelentíssimo senhor deputado Gelson Merisio, presidente desta Casa.

Coube-me falar em nome dos fundadores. Gostaria de, primeiramente, agradecer a nossas famílias que em muitos momentos foram furtadas do nosso convívio para que pudéssemos criar, manter e crescer com esta associação. Agradecer aos associados que souberam ser parceiros e participativos e, num determinado momento, dar crédito a alguns jovens empresários que de um curso do Sebrae saíram com a ideia de que a melhor forma de reivindicar era se organizando e se unindo em uma associação. Então, surgiu a Acibig.

Sr. presidente, também gostaria de agradecer-lhe e a esta Casa a homenagem. Sei que o sr. também foi sempre um forte aliado do associativismo.

Jesus Cristo disse: 'O que a mão direita dá, a esquerda não precisa saber'. Mas gostaria de dizer que sou parcialmente contra essa afirmação, pois quando se homenageia alguém, as pessoas e as entidades, está-se estimulando os outros a se encorajarem e participarem de tais iniciativas.

Falar para as pessoas que aqui estão que o associativismo é fundamental, que a sociedade se organize, seja forte e próspera é quase redundante, porém este foi sempre o objetivo dessas pessoas que nesses 25 anos participaram da Acibig, cada um de sua forma.

Nós, os pioneiros, tivemos que convencer nossos colegas empresários dessa ideia, mas de forma geral, nós, diretores e associados, buscamos nossos espaços como representantes de classe na organização política e administrativa, principalmente em nosso município.

Formamos convênios médicos, buscamos aperfeiçoamento aos empresários e colaboradores, o serviço de proteção ao crédito e temos hoje uma bela sede com todas as condições para cursos e bom atendimento. Estamos chegando àquela visão que tínhamos quando formamos a Acibig há 25 anos.

Hoje temos um país com ótimo avanço econômico. Desta Casa saem a maioria das leis estaduais e os nobres deputados também influenciam seus colegas congressistas. Por isso gostaria de pedir que v.exas., que um dia foram ou são empresários e simpatizantes do empreendedorismo, nos ajudem para que algumas medidas sejam tomadas com relação à violência, pois conviver com esse abrandamento das penas, como se tem visto no Congresso, é um absurdo. Pessoas que trabalham das 7 da manhã às 9

da noite serem assaltadas inúmeras vezes por delinquentes com fichas criminais que são verdadeiros rosários. Esse é um dos exemplos que junto com muitos outros deveríamos apreciar.

Devemos, unidos nas associações, confederações e federações de classe, ser mais ativos, incisivos e sensibilizar a classe política deste país para torná-lo mais justo. Somente com a ajuda da sociedade organizada vamos chegar lá. Com certeza isso se consegue no associativismo empresarial, pois são os segmentos mais criativos, geradores de riqueza, abrangentes e participativos da sociedade.

Para finalizar, senhoras, senhores e colegas associados, gostaria que este momento fosse um momento inspirador ao jovem empresário para que participe efetivamente do mundo associativista para, consequentemente, termos uma sociedade mais justa e igualitária.

Sr. presidente, nós, ex-presidentes, diretores, associados, colaboradores da Acibig e simpatizantes do associativismo, gostaríamos que tal iniciativa fosse fomentada e agradecemos muitíssimo pelo evento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido para fazer uso da palavra em nome da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu, o presidente, sr. Valério Juvenal da Silva.

O SR. VALÉRIO JUVENAL DA SILVA - Sr. presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, em seu nome cumprimento os demais deputados desta Casa.

Quero cumprimentar o sr. Antônio Monteiro Rocha, desembargador do Tribunal de Justiça; o prefeito José Castelo Deschamps; o parceiro da Acibig, sr. Marcos Aurélio Dias; o vereador Nacet Tomaz de Souza, que representa o presidente Luis Felback; ex-presidentes, ex-diretores e fundadores da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu; a diretoria, minhas saudações e agradecimento pela confiança.

Aos caros colegas empresários que vêm apostando na Acibig, senhoras e senhores, boa-noite.

Coube-me a honra de presidir a Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu neste período em que completa os seus 25 anos de existência. Em nome da diretoria, sinto-me orgulhoso de prestar a essa associação o meu tributo de admiração e respeito.

Em 28 de agosto de 1987 foi publicado no Diário Oficial de Santa Catarina o início da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu. Durante esse tempo vivemos momentos marcantes e outros muito silenciosos. Mas sempre defendendo os interesses de seus associados e ao longo dos anos adquiriu o respeito do poder público e da sociedade. Uma das mais importantes bandeiras que a Acibig ajudou a carregar, é a bandeira do associativismo, mas para que isso seja eficaz em seus resultados, depende da união de todas as forças vivas empresariais do país, onde a Acibig é uma delas.

Assim, a cada dia que passa mais cresce a nossa responsabilidade no tocante a um trabalho sério, persistente e equilibrado na busca constante pelo desenvolvimento do nosso país.

A Acibig nesses 25 anos obteve muitas conquistas, a mais importante foi sem dúvida o reconhecimento como entidade séria e atuante. Podemos ter errado, sim, mas tivemos a humildade em corrigir e forças para manter uma associação responsável.

Senhoras e senhores, poderia ficar aqui durante muito tempo a falar da experiência de vida e da alegria de participar dessa importante entidade de nosso município. Mas, quero ser breve, obviamente, e deixar uma mensagem a todos associados, a esta Casa, na pessoa do sr. presidente; à comunidade e à sociedade de Biguaçu aqui presente.

Não importará o quanto longo iremos, pois sabemos que sempre será possível alcançar um pouco mais, porque a vida é dinâmica e não espera pelos que dormem. Sei que estamos aqui de passagem e se nossas ações não forem capazes de influenciar o nosso crescimento e dos outros, então o que fizemos com o nosso tempo? Que Deus abençoe a toda essa entidade chamada Associação Comercial e Cultural de Biguaçu - Acibig, para que possamos vir aqui comemorar outro jubileu e que nossos objetivos sejam claros, transparentes e, acima de tudo, alcançados.

Quero agradecer, sr. presidente, deputado Gelson Merisio, pela oportunidade e temos certeza de que a Acibig, a partir deste ato e homenagem, acrescenta mais responsabilidade perante a sociedade e os biguaçuenses. Quero também dizer que estamos lá de portas abertas para esta Casa, como também agradecer e parabenizar toda associação chamada Acibig.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está presente o presidente da Acif, sr. Doreni Caramori Júnior, e o convido para acompanhar à mesa conosco este encerramento da sessão.

Excelentíssimo desembargador do Tribunal de Justiça, Antônio Monteiro Rocha, a quem agradeço pela presença e que engrandece este evento; prezado prefeito de Biguaçu, José Castelo Deschamps, que além de prefeito é um empresário que dignifica todo empresariado catarinense; presidente da Associação empresarial e Cultural de Biguaçu, prezado amigo Valério Juvenal da Silva; prezado presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, sr. Marco Aurélio Dias; vereador do município de Biguaçu, sr. Nacet Tomaz de Souza, que neste ato representa o presidente da Câmara; prezado presidente da Acif, empresário Doreni Caramori Júnior, a quem agradeço pela presença.

Permitam-me, em nome dos 40 deputados estaduais, cumprimentar todos os empresários homenageados.

Bem disse um dos oradores que o grande feito de uma homenagem é estimular a que outros tenham a mesma vida comunitária, o mesmo desprendimento social, para que possa dar uma contribuição a mais além daquilo que é o seu dever, o seu ofício no dia a dia. Quem se dispõe a servir a comunidade o faz de várias formas, uma nobre e muito difícil é presidir uma entidade de classe, como é uma Associação Comercial. Falo isso como quem já presidiu a Associação Comercial e depois também a nossa federação, sei o quanto essa entidade é importante para o dia a dia do município, para a construção de políticas públicas, juntamente com o poder público, para o debate das questões importantes do município.

Por isso quero, em nome dos homenageados, desejar muito sucesso a esta entidade empresarial e tenham sempre a certeza de que nesta Casa terão sempre o apoio e a guarda para os bons projetos, para as boas iniciativas e, acima de tudo, para o incentivo e a participação cada vez maior no nosso processo empresarial catarinense que nos faz um estado diferenciado em todas as áreas, também na área econômica e na área empresarial.

Parabéns, sucesso.

Esta Presidência antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9H00 DO DIA 12 DE JUNHO DE 2012.

Às nove horas do dia doze de junho do ano de dois mil e doze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, José Nei Alberton Ascari, Serafim Venzon, Dirceu Dresch, Adilor Guglielmi, Volnei Morastoni, Edison Andrinó e Plínio de Castro. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em votação as atas da 12ª e 13ª reunião ordinária, e da 2ª reunião extraordinária, que foram aprovadas por unanimidade. **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Emenda Constitucional de nº 0001.0/2012 e exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao

Deputado José Nei A. Ascari. **O Deputado José Nei A. Ascari** relatou o Projeto Lei nº 0302.1/2011 e exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0471.6/2011 e exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0182.0/2012 e exarou parecer favorável com emenda modificativa, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Emenda Constitucional de nº 0003.1/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch. **O Deputado Serafim Venzon** relatou o Projeto de Lei de nº 0038.4/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0130.0/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Dirceu Dresch; o Projeto de Lei nº 0241.5/2011 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado José Nei A. Ascari; o

Projeto de Lei nº 0238.0/2011 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado José Nei A. Ascari; o Projeto de Lei nº 0040.9/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Edison Andrino. **O Deputado Dirceu Dresch** relatou os Projetos de Lei de nºs 0176.2/2012 e 0184.2/2012 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0162.7/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Edison Andrino. **O Deputado Plínio de Castro** relatou os Projetos de Lei de nºs 0078.1/2012 e 0575.2/2011 e exarou pareceres contrários, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0573.0/2011 e exarou parecer contrário, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado José Nei A. Ascari; o Projeto de Lei de nº 0172.9/2012 e exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Sargento Amauri Soares. **O Deputado Adilor Guglielmi** relatou os Projetos de Lei de nºs 0087.2/2012 e 0133.2/2012 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0156.9/2012 e 0116.1/2012 e exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0171.8/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Edison Andrino; o Projeto de Lei de nº 0062.4/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni. **O Deputado Romildo Titon** relatou os Projetos de Lei de nºs 0192.2/2012, 0179.5/2012, 0256.1/2011 e 0187.5/2012 e exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei de nºs 0150.3/2012, 0186.4/2012, 0189.7/2012, 0178.4/2012, 0175.1/2012 e 0196.6/2012 e exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Resolução de nº 0005.6/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni; a Mensagem de Veto de nº 0584/2012 e exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei de nº 0188.6/2012 e exarou parecer pelo apensamento ao Projeto de Lei de nº 0263.0/2011, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a reunião, da qual, eu, Mabel Santos da Silva, Chefe da Secretaria, lavrei a Ata, que após lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, em 12 de junho de 2012.

**Deputado Romildo Titon**

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISO DE LICITAÇÃO

### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2012

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE TELEJORNALISMO TELENEWS E MÓDULOS NEWSROOM, TELEPROMPTER, PREVIEW, INCLUINDO SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE SOFTWARE E HARDWARE, DURANTE 12 MESES COM ATENDIMENTO REMOTO "ON LINE" JUNTO À CONTRATANTE.**

**DATA:** 28/06/2012 - **HORA:** 09:00 horas

**ENTREGA DOS ENVELOPES:** Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 28 de junho de 2012. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)). Florianópolis, 15 de junho de 2012.

Lonarte Sperling Veloso  
Coordenadora de Licitações

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 149/12

Ofício 17/2012 Salto Veloso, 06 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Mantenedora da Escola Especial Profª Irene De Bastiani**, de Salto Veloso, referente ao exercício de 2011.

Mauro Massoco  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 12/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 150/12

Ofício nº 001/ACBSJCGSP/2012 São José do Cedro, 29 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Comunitária Intermunicipal de Bombeiros de São José do Cedro, Guarujá do Sul e Princesa - SC**, referente ao exercício de 2011.

IVANIR ANTONIO BALBINOT  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 12/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 151/12

**OF/ESC Nº 86** Anita Garibaldi, 06/06/2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Mantenedora da Escola de Educação Especial-Cantinho dos Sonhos**, de Anita Garibaldi, referente ao exercício de 2011.

Célia de Fátima Pires  
Diretora

Lido no Expediente  
Sessão de 12/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 152/12

Ofício CBVJ - Adm. 035/2012 Joinville, 25 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

Luiz Carlos da Silva Leite  
Diretor Executivo

Lido no Expediente  
Sessão de 12/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

### OFÍCIO Nº 153/12

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DA PRESIDÊNCIA

OF.TC/GAP-10467/2012 Florianópolis, 1º de junho de 2012  
Ref.: **Processo Contas Governo do Estado - exercício de 2011**

Exmo. Sr.

Deputado **Gelson Merisio**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

Palácio Barriga Verde - Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

88020-900 - Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com meus cumprimentos a Vossa Excelência, tenho a satisfação de encaminhar a essa Augusta Assembleia Legislativa o Processo nº PCG - 12/00175554, que trata das Contas prestadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, relativas ao exercício de 2011.

Cumprime-me informar-lhe que o Processo de Prestação de Contas foi submetido à apreciação do Tribunal Pleno, em Sessão Extraordinária realizada no dia 30 de maio de 2012, dentro do prazo estabelecido no art. 59, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Na oportunidade, foi emitido Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina (C.E., art. 59, I e L.C. 202/2000, art. 47), referentes ao exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor João Raimundo Colombo.

Sirvo-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e seus ilustres pares minhas expressões de consideração e apreço.

**Conselheiro Cesar Filomeno Fontes**

Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 12/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 154/12**

Ofício nº 01/12 Caibi, SC, 01 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE**, de Caibi, referente ao exercício de 2011.

Edivane Elena Scopel  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 155/12**

Ofício nº 063/2012 Três Barras, 30 de Maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras**, de Três Barras, referente ao exercício de 2011.

Simone M.P. da Silva  
Diretora

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 156/12**

Ofício DP 002/2012 16 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação dos Amigos do Hospital Santa Isabel**, referente ao exercício de 2011.

Sérgio Fernando Hess de Souza  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 157/12**

Of. 03/2012 Cerro Negro/SC, 24 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais dos Alunos da Csa Familiar de Cerro Negro e Campo Belo do Sul**, referente ao exercício de 2011.

Maria Albertina Ribeiro de Matos

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 158/12**

**ACITA001/2012 Itapema, 05 de janeiro de 2012**  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Empresarial Itapema**, de Itapema, referente ao exercício de 2011.

Altemir Marini  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 159/12**

CDL/05/2012 Itapema, 16 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Câmara de Dirigentes Lojistas de Itapema**, de Itapema, referente ao exercício de 2011.

Carlos Alberto Fabro  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 160/12**

Ofício Nº 004/2012/CDBDB Botuverá/SC, 28 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Círculo Del Bergamaschi Di Botuverá**, de Botuverá, referente ao exercício de 2011.

Moacir Merizio  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 161/12**

Ofício Nº 007/2012/AHMDJ Brusque/SC, 28 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Hospital e Maternidade Dom Joaquim**, de Brusque, referente ao exercício de 2011.

Adão Carlos Machado Marcelino  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 162/12**

OF. 07/2012 Joinville, 30 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **AMORABI - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Itinga**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

Renato Tomelin

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 163/12**

Ofício Nº 009/2012/AICSJB Botuverá/SC, 28 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Italiana Coral São José de Botuverá**, de Botuverá, referente ao exercício de 2011.

Moacir Merizio  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 164/12**

Ofício Nº 004/2012/ASPSJB Botuverá/SC, 28 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Social Parquial São José de Botuverá**, de Botuverá, referente ao exercício de 2011.

Pe. VALÉRIO ELLER  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 165/12**

**OFÍCIO 25/2012** Joinville, 31 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Diocesana de Promoção Social - ADIPROS**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

Ireneu Roque Scherer  
Bispo Diocesano

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 166/12**

**OFÍCIO nº 022/APAE/2012** Nova Trento, 10 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Nova Trento, referente ao exercício de 2011.

Moacir E. Battisti Archer  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 167/12**

**Ofício nº 28/2012** São José do Cerrito, 29 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Escola Especial Integração**, de São José do Cerrito, referente ao exercício de 2011.

Luiz Carlos Costa Moreira  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 168/12**

**Ofício nº 30/2011** Rio do Campo, 30 de abril de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Rio do campo, referente ao exercício de 2011.

Darci Weber  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 169/12**

**Ofício nº 031.12** Joinville, 25 de Maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Amigos do Autista - AMA**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

Luiz Érico Bachtold  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 170/12**

**Of. nº 31/2012** Rio Fortuna - SC, em 18 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Fortuna**, de Rio Fortuna, referente ao exercício de 2011.

Dário Schuelter  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 171/12**

**Ofício nº 34/2012** Joinville, 15 de abril de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **CENEF - Centro de Estudos e Orientação da Família**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

Mário Antonio do Nascimento  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 172/12**

**Of. 38/2012** Modelo, SC, 30 de Maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Modelo, referente ao exercício de 2011.

Jorge Ferreira da Luz  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 173/12**

**Ofício nº 107/2012** Joinville, 22 de Maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Instituto de Habilitação do Potencial Humano - IRPH**, de Joinville, referente ao exercício de 2011.

Anna Destéfani Duffeck  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 174/12**

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **FENAPES - Federação Nacional das Apaes**, referente ao exercício de 2011.

Francisco Dias  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 175/12**

Garuva, 05 de junho de 2012.  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Garuva**, de Garuva, referente ao exercício de 2011.

Valdomiro Oliveira da Silva  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 176/12**

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Escola Especial Beijo Flor**, de Iraceminha, referente ao exercício de 2011.

Jairo José de Marco  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 177/12**

Criciúma, 25 de maio de 2012.  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina - SATC**, de Iraceminha, referente ao exercício de 2011.

Fernando Luiz Zancan  
Diretor Executivo

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 178/12**

Concórdia, 01 de junho de 2012.  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Beneficência Camiliana do Sul**, de Concórdia, referente ao exercício de 2011.

Carlos alberto Robini  
Diretor Regional

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 179/12**

São José, 02 de maio de 2012.  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **AMAR - Associação de Moradores do Loteamento Araucária**, de São José, referente ao exercício de 2011.

Vanderlei Godinho  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 180/12**

Tubarão, 01 de junho de 2012.  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Vida e Arte - Centro de Educação Especial Vida e Arte**, de Tubarão, referente alteração estatutária ao exercício de 2011.

Humberto Rodrigues Lima  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 181/12**

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Vida e Arte - Centro de Educação Especial Vida e Arte**, de Tubarão, referente alteração estatutária ao exercício de 2011.

Humberto Rodrigues Lima  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 182/12**

**GOVERNO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**OFÍCIO SEF/GABS Nº 455/2012** Florianópolis, 01 de junho de 2012  
Ao Excelentíssimo Senhor

**Gelson Merisio**

DD. Presidente  
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC/SC  
Excelentíssimo Senhor Deputado,

Para fins de observância das competências desta comissão parlamentar dispostas no art. 122, § 1º, inciso, da Constituição Estadual, encaminhamos a Vossa Excelência e Relatório de Gestão Fiscal do primeiro quadrimestre de 2012, do Estado de Santa Catarina.

Aproveitamos o ensejo para manifestar a nossa disposição, conforme a necessidade desde colendo, para apresentar em audiência pública a avaliação e análise do cumprimento das metas fiscais, nos termos do art. 9º, § 4º da lei Complementar nº 101/00.

Atenciosamente,

**Nelson Antônio Serpa**

Secretário de Estado da Fazenda

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 12/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 183/12**

Ofício nº 34/HS/ADM/ Canoinhas, 01 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Hospital Santa Cruz de Canoinhas**, de Canoinhas, referente, ao exercício de 2011.

Argos José Burgardt  
Presidente

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 13/06/12*

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 184/12**

Ofício nº 040/ 2012 Imaruá, 10 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Hospital de Caridade e Maternidade São João Batista**, de Imaruá, referente, ao exercício de 2011.

Rui José Candemil  
Diretor Executivo

Lido no Expediente  
Sessão de 13/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 185/12**

Canoinhas, 01 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Comunitária Saúde de Canoinhas**, de Canoinhas, referente, ao exercício de 2011.

Elpidio Pedro Fabris  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 13/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 186/12**

Dona Emma, 28 de maio de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Cultural Amigos da Casa Enxaimel Família AX - ACACEFAX**, de Dona Emma, referente, ao exercício de 2011.

Niraci Chiminelli  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 13/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 187/12**

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Blumenau, referente, ao exercício de 2011.

Leonir Alba  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 14/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 188/12**

11 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Sociedade Espírita**, de Blumenau, referente, ao exercício de 2011.

Madalena Parisi Duarte  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 14/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 189/12**

Indaial, 15 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Indaial, referente, ao exercício de 2011.

Magali Cristina Theindl  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 14/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 190/12**

Indaial, 15 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Centro de Atendimento Educacional Especializado Recanto Azul - APAE de Concórdia**, de Concórdia, referente, ao exercício de 2011.

Darci Rodrigues da Silva  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 14/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 191/12**

Lages, 08 de junho de 2012  
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Instituto de Ensino e Assistencial Social - IEAS**, de Lages, referente, ao exercício de 2011.

Leonila Gubert  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 14/06/12

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS****PORTARIA Nº 1068, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1599	VALDEMAR NEVES FILHO	120	31/05/12	1350/12
1360	MARIA NEUZA MARCELINO	06	01/06/12	1351/12
1490	ALVARO SELVA GENTIL FILHO	90	05/06/12	1352/12
0611	ROSELEI MARIA RACHADEL SARTORI	90	29/05/12	1353/12
1900	LOURIVAL BAPTISTOTI	45	29/05/12	1354/12
2137	EMILCE DIAS ROCHA MARIA	45	31/05/12	1355/12
0687	MARIA INES CATALANO	60	01/06/12	1356/12

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1069, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **NOEL ANTONIO TAVARES DE JESUS**, matrícula nº 3627, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-74, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de junho de 2012 (Gab Dep Romildo Titon).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1070, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**DESIGNAR** a servidora **MARLISE KUPAS SOARES**, matrícula nº 1920, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Almoxarifado, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, JOSE CARLOS BRESCIANI, QUE SE ENCONTRA EM FRUIÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR MAIS TRINTA DIAS, A CONTAR DE 06 de junho de 2012 (DA - CRM - Gerência de Almoxarifado).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1071, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0540	IARA BERTEMES CAPRARO	10	28/05/12	1343/12
2543	JUCARA HELENA REBELATO	07	24/05/12	1344/12
0622	MARIA DA GRACA MARQUES	30	31/05/12	1345/12
1749	SANDRA MARA COELHO	30	28/05/12	1346/12
0461	ZELIA TEREZINHA DE SOUZA	04	29/05/12	1347/12
1437	IWANA LUCIA LENTZ	21	04/06/12	1348/12
0606	LENITA WENDHAUSEN CAVALLAZZI	15	31/05/12	1349/12

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1072, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **DANIELA CRISTINA MARCOS**, matrícula nº 6998, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de junho de 2012 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1073, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MARCOS RAMOS DO NASCIMENTO**, matrícula nº 6938, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de junho de 2012 (Gab Dep Valter Jose Gallina).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1074, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **CARLOS EDUARDO BORBA**, matrícula nº 5222, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de junho de 2012 (Gab Dep Valter Jose Gallina).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1075, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CARLOS EDUARDO BORBA**, matrícula nº 5222, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-67, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de junho de 2012 (Gab Dep Valter Jose Gallina).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1076, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**FAZER CESSAR** a Portaria nº 793, de 02 de maio de 2012, que concedeu licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora **SONIA MARIA DOS PASSOS**, matrícula nº 1841, a contar de 01 de junho de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1077, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 021/2012.

Matr	Nome do Servidor	Função
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
1039	Victor Inácio Kist	Pregoeiro substituto

0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1877	Antonio Henrique Costa Bulcão Vianna	
2016	Carlos Henrique Monguilhott	

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1078, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº	
		Concedido	Total			
MARCIA PEREIRA	HELENA	1330	3%	36%	01/06/12	1269/12
ROSANA CAJUELLA	BRASCA	2020	3%	30%	01/06/12	1287/12
ITAMAR JOSE EFFTING	1238		3%	36%	01/06/12	1271/12

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1079, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1320/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER** ao servidor **FRANCISCO JOAO DA ROSA**, matrícula nº 1253, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 03 de junho de 2007 a 02 de junho de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1080, de 19 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1321/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,

**CONCEDER** ao servidor **RICARDO VALERIO ORIANO**, matrícula nº 1228, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02 de junho de 2007 a 01 de junho de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETOS DE LEI</b>
------------------------

**PROJETO DE LEI Nº 216/12**

Institui o Programa de Auxílio Especial para o afastamento temporário de doadores de órgãos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Auxílio Especial para o afastamento temporário de doadores de órgãos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Programa de Auxílio Especial se destina à valorização do ato de solidariedade e relevância social dos doadores de órgãos, tutelando-os com assistência pecuniária no período de repouso e de restabelecimento em que o mesmo ficar inativo.

Art. 3º O auxílio especial ao doador de órgão previsto no anterior artigo, terá a vigência durante o tempo em que o médico atestar e estipular o afastamento para recuperação após o procedimento cirúrgico ou no período que durar a incapacidade para o trabalho.

Parágrafo único. Que nos casos em que doador seja menor, os procedimentos para o requerimento do auxílio especial deverá ser realizado pelo responsável legal.

Art. 4º Que poderá o doador, em caso excepcional, mediante nova fundamentação atestada por profissional, ter seu auxílio estendido no tempo necessário, além do previsto no artigo antecedente, exclusivamente em virtude de necessidade ou urgência médica.

Art.5º O Estado de Santa Catarina consignará, em seu orçamento, verba para a viabilização e operacionalização do presente Programa de Auxílio Especial.

Art.6º A inserção de rubrica orçamentária pelo Poder Executivo para custeio das despesas decorrentes desta lei e financiamento do Programa serão feitas por intermédio da dotação orçamentária destinada ao Fundo Estadual da Saúde.

Art.7º O Poder executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art.8º Esta Lei entra em vigor no prazo de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputado José Milton Scheffer

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/06/12*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa instituir o Programa de auxílio especial para o afastamento temporário de doadores de órgãos no âmbito do Estado de Santa Catarina.

A doação de um órgão é um ato de altruísmo, humanitário de amor à vida e de solidariedade ao próximo.

A proposição tem como escopo estabelecer para o doador de órgão uma assistência, um auxílio exatamente no período em que durar, pela decisão médica, o afastamento para recuperação ou a incapacidade para o regresso do exercício da atividade laborativa, ou seja, durante o lapso de tempo que for necessário para sua recuperação após o procedimento cirúrgico.

Que a adoção do Programa, representa também uma valorização dos doadores de órgãos no âmbito do território catarinense, tutelando-os com assistência pecuniária no período de repouso e de restabelecimento em que o mesmo ficar inativo. Que a medida representa uma hipótese merecedora de proteção social, também alento e esperança às pessoas que necessitam de transplantes, além de proteger aqueles que se dispõem a ajudar seu semelhante num momento tão delicado de sua vida.

Que segundo a publicação do veículo oficial, Registro Brasileiro de Transplantes/RBT, ano XVIII, número 01, primeiro trimestre 2012, publicado pela Associação Brasileira de Transplantes - ABTO, Santa Catarina continua na liderança nacional do ranking dos Estados no número de doadores de órgãos por milhão de população. O Estado alcançou o índice de 26,9 doadores p.m.p., número maior que o resultado alcançado em 2011 que foi de 25,2 doadores p.m.p.. Em Santa Catarina, atualmente são realizados transplantes dos seguintes órgãos: córnea, rim, esclera (branco do olho), coração, válvula cardíaca, fígado, pâncreas, conjugado rim/pâncreas, medula óssea autólogo, tecido ósteo-condro-fásio-ligamentoso.

Segue anexo ao projeto de lei o relatório dos dados atualizados da SC Transplantes/CNCDO/SC, até abril/2012.

Ao final, considerando que a criação do programa específico de auxílio aos doadores de órgãos no Estado de Santa Catarina, se reveste de uma hipótese de cunho solidário, merecedora e de relevância social, onde o estado poderá adotar e definir como prioridade entre as suas políticas públicas, face a natureza da matéria, apresento a proposição em tela, requerendo desde já a apreciação dos senhores colegas Deputados, e, por fim a aprovação do projeto de lei em exame.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 217/12

Altera os incisos I, II, III e IV da lei nº 13.136 de 25 de novembro de 2004 que dispõe sobre Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD.

Art. 1º. O art. 9 da Lei nº 13.136, de 25 de novembro de 2004, passa a tramitar com a seguinte redação:

Art. 9 .....

I - um por cento sobre a parcela da base de cálculo igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

II - três por cento sobre a parcela da base de cálculo que exceder a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e for igual ou inferior a R\$ 70.000,00 (setenta mil reais);

III - cinco por cento sobre a parcela da base de cálculo que exceder a R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e for igual ou inferior a R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais);

IV - sete por cento sobre a parcela da base de cálculo que exceder a R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais);

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 2012

Deputado Neodi Saretta

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/06/12*

#### JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei, que altera os incisos I, II, III e IV do artigo 9º da lei nº 13.136, de 25 de novembro de 2004, tem por objetivo estabelecer nova base de cálculo para as alíquotas do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD.

Comparando a nossa legislação que rege sobre o ITCMD com legislações de outros Estados, em particular Rio Grande do Sul e Paraná, observamos que as alíquotas para a cobrança do imposto é diferenciada.

Segundo a lei nº 15.723, de 22 de dezembro de 2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2012, a arrecadação prevista com ITCMD foi estimada em R\$ 74,3 milhões, o que representa 0,58% do total da arrecadação.

Já na lei nº 15.530, de 08 de agosto de 2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2012, as isenções de ITCMD (transmissões de pequeno valor, sociedades sem fins lucrativos, bens destinados a programas de habitação popular, e outros) foi estimada em R\$ 708,6 mil, o que representa 0,01% do total da renúncia fiscal prevista e 0,95% da arrecadação de ITCMD no exercício de 2012.

Pelas informações coletadas junto a Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, observamos que a receita de ITCMD quando comparada com o volume total da arrecadação e com o valor da renúncia fiscal, verifica-se que os valores são baixos. Porém seria um equívoco afirmar que esses valores são insignificantes.

Contudo, com o projeto de lei que ora apresento proponho dar mais elasticidade ao volume da renúncia fiscal do ITCMD, no intuito de beneficiar o contribuinte catarinense. Estou ciente de que a propositura não comprometerá como também não irá desequilibrar as finanças estaduais, até porque com o esforço do fisco, a arrecadação estadual tem apresentado um histórico de crescimento.

A proposta que ora tramitará em regime ordinário, a alíquota de 1% onde a base de cálculo é igual ao inferior a R\$ 20 mil passará para R\$ 40 mil. Onde a alíquota for de 3% e a parcela da base de cálculo que exceder de 20 mil e for igual ou inferior a R\$ 50 mil passará para R\$ 40 mil e R\$ 70 mil. No inciso III, a alíquota de 5% com base de cálculo entre R\$ 50 mil e R\$ 150 mil com a nova redação passará para R\$ 70 mil e R\$ 170 mil. A alíquota de 7% para a parcela da base de cálculo exceder R\$ 150 mil, passará para R\$ 170 mil.

Em suma, resumindo o objetivo central do projeto de lei em tela é ampliar a margem de isenção.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 218/12

Disciplina a cobrança de taxa de conveniência e taxa de entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda e de entrega de ingressos pela internet, telefone ou meios similares no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Esta Lei disciplina a cobrança da Taxa de Conveniência e Taxa de Entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda e de entrega de ingressos pela internet, telefone ou meios similares no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Para fins desta Lei entende-se por:

I - Taxa de Conveniência, a prestação de serviço de venda de ingressos para show, teatro, cinema e outro espetáculo pela internet, telefone ou outros meios similares, em conjunto com a possibilidade do consumidor em imprimir o seu ingresso ou retirá-lo em guichê específico para este fim; e

II - Taxa de Entrega, a prestação de serviço de entrega em domicílio do consumidor ou em outro local por ele indicado, de ingressos para show, teatro, cinema e outros espetáculos adquiridos pela internet, telefone ou outros meios similares.

Art. 2º A venda de ingressos pela internet, telefone ou meios similares com a cobrança da Taxa de Conveniência deve ser realizada concomitantemente com a abertura de postos de venda localizados em regiões diferentes da cidade, que deverão funcionar por um prazo mínimo de oito horas por dia.

Parágrafo único. Deverá haver informação clara e precisa de que, além da aquisição do ingresso pela internet, telefone ou outros meios similares, o consumidor poderá obtê-lo diretamente nos postos de venda, sem acréscimo do valor correspondente à taxa de conveniência.

Art. 3º O valor da Taxa de Conveniência e da Taxa de Entrega deve ser único e fixo para os eventos disponíveis, não podendo possuir qualquer relação com o valor do ingresso comercializado, nem com o setor ou local escolhido pelo consumidor para assistir ao espetáculo, devendo o fornecedor oferecer a informação prévia e discriminada do valor da referida taxa.

Parágrafo único. O valor das taxas referidas no *caput* não pode variar de espetáculo para espetáculo dentro do mesmo *site* ou meio de venda e será cobrado por compra realizada, uma única vez, para cada consumidor, independentemente da quantidade de convites ou ingressos adquiridos.

Art. 4º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às sanções previstas no art. 56 da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, sendo a sanção de multa, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência.

§ 1º O valor da multa referida no *caput* será reajustado, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo.

§ 2º Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público.

Art. 5º Os prestadores de serviço de conveniência e de entrega deverão disponibilizar em seu *site* de vendas cópia na íntegra da presente lei.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merisio

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/06/12*

#### JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que dispõe sobre a regulamentação da cobrança de taxa de conveniência e taxa de entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda e de entrega de ingressos pela Internet, telefone ou meios similares no Estado de Santa Catarina.

Inspirada na falta de critério, nas compras pela internet, que nos dias de hoje são cada vez mais comuns, a cobrança da taxa de conveniência muitas vezes não vem acompanhada de qualquer benefício ao consumidor, que precisa retirar o seu ingresso no local do evento enfrentando filas e transtornos, ou receber no domicílio mediante pagamento de taxa de entrega.

A prestação desse serviço, como realizada hoje, infringe o Código do Consumidor, pois não cumpre satisfatoriamente os encargos da prestação de serviço de conveniência oferecido. Não há de fato real "conveniência" para o cliente que tem que pagar a taxa. Além da variação de preços em porcentagem sobre o valor do ingresso adquirido e em locais diversos, mesmo que o evento seja o mesmo.

Alegam as empresas que o serviço de conveniência deve ser cobrado, pois, atualmente, é uma de suas principais fontes de receita, uma vez que devem repassar para os estabelecimentos o valor total de cada ingresso semanalmente. Além disso, as administradoras de cartão de crédito cobram uma taxa sobre o total de cada compra e a receita só lhes é repassada 30 dias depois.

Observa-se, hoje, que as empresas cobram diferentes preços para igual prestação de serviço de conveniência, ferindo, dessa forma, o Código do Consumidor, precisamente em seu artigo 39, posto que a taxa de conveniência é cobrada do consumidor em forma de percentual calculado sobre o valor do ingresso e de acordo com o setor comprado.

A empresa cobra valores diferenciados pela prestação do mesmo serviço sem qualquer justificativa. O valor do ingresso já é diferenciado, não cabendo ao cliente também pagar uma taxa diferenciada. A taxa deve ser fixa, independente do setor ou local comprado.

Ainda nesse aspecto, há uma disparidade. Além da diferenciação do valor cobrado por setor, existe a diferença da cobrança da taxa por shows, pela quantidade, em um mesmo site. Não há qualquer lógica nesta cobrança. O Código de Defesa do Consumidor no inciso X do art. 39 classifica como prática abusiva o aumento sem justa causa do preço do produto ou serviço.

Por essas razões o custo da taxa de conveniência deve ser fixo para todos os eventos disponíveis, não podendo possuir qualquer relação com o valor do ingresso comercializado, devendo o fornecedor deste serviço oferecer ao cliente a informação prévia discriminada do valor desta taxa.

Pretende-se evitar abuso comprovado, no qual fica evidente que a empresa não ofereceu de forma adequada o serviço pelo qual cobrou, sendo que nestes casos o Código de Defesa do Consumidor prevê restituição em dobro, conforme preceituado em seu artigo 42.

A venda de ingresso via Internet, telefone ou meio similar, ou seja, sem a necessidade do deslocamento físico, assim como a entrega do ingresso no domicílio do consumidor ou local por ele indicado são consideradas prestações de serviço passíveis de remuneração. Portanto, é legal a fixação de "taxas" para tanto.

No entanto, a despeito da necessidade do serviço pela comodidade proporcionada ao consumidor, o que se vê atualmente é uma disseminação de práticas abusivas a ele atreladas, focadas, principalmente, em três vertentes:

1. cobrança de percentual - geralmente elevado - incidente sobre o valor do ingresso, quando, na realidade, há uma mesma prestação de serviço, independentemente do preço do ingresso;

2. cobrança de tantas "taxas" quantos forem os ingressos adquiridos e entregues, ainda que numa mesma operação, ou seja, cobrança de mais de um serviço numa mesma e única prestação; e

3. cobrança de taxa mesmo quando o consumidor tem que se deslocar para postos de venda, em local e datas distintas da realização do evento, para retirá-los.

Não obstante as práticas relatadas ocorrem em praticamente todo o território nacional, são poucos os Estados que possuem lei regulamentando a prática e coibindo explicitamente os abusos ora mencionados, tal como no Rio de Janeiro, Lei n. 6.103/2011, de 9 de dezembro de 2011. Em Minas Gerais tramita o Projeto de Lei 1.119/2011 de conteúdo similar.

Basicamente, os dispositivos do presente projeto de lei resguardam os direitos do consumidor no sentido de ser cobrado valor fixo pelo serviço de conveniência e de entrega - por consequência, proibindo a cobrança em percentuais incidentes sobre o valor do ingresso além de ser cobrada somente uma única "taxa" de conveniência por compra realizada, independentemente da quantidade de convites ou ingressos adquiridos, bem como legitimando a cobrança apenas quando há o efetivo serviço de entrega.

O projeto de lei apresentado, ora submetido à apreciação dessa colenda Casa Legislativa, que "Dispõe sobre a regulamentação da cobrança de taxa de conveniência e taxa de entrega pelas empresas prestadoras de serviço de venda e de entrega de ingressos pela Internet, telefone ou meios similares no Estado de Santa Catarina", para o qual solicito a aprovação dos nobres pares, por apresentar conformidade com os ditames constitucionais e, de forma incontestável, as características de relevância e de utilidade pública.

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI Nº 219/12

Denomina David Novak o Centro de Educação Profissional -CEDUP- do município de Curitibaanos.

**Art. 1º Fica denominado "David Novak" o Centro de Educação Profissional CEDUP, do município de Curitibaanos.**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Mauricio Eskudlark

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/06/12*

#### Justificativa

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que denomina "David Novak" o Centro de Educação Profissional, do município de Curitibaanos.

David Novak nasceu no município de Canoinhas, mas teve sua vida acadêmica no Município de Curitibaanos, lecionando matemática na Faculdade de Ciências Contábeis de Curitibaanos, foi Diretor Geral da Fundação Educacional do Planalto Catarinense- FEPLAC- em Curitibaanos e Diretor da Escola Básica Municipal Símpliciano Rodrigues de Almeida durante nove anos.

A proposição busca homenagear uma pessoa que foi para a o município muito importante, pois teve uma vida intimamente ligada a educação. Dessa forma, nada mais justo que prestarmos homenagem a esse honroso homem e, em reconhecimento as relevantes atividades e serviços prestadas ao município de Curitibaanos.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 220/12**

Declara de utilidade pública o Centro de reabilitação Humana Fazenda São Jorge - Feminina, de Araranguá.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de reabilitação Humana Fazenda São Jorge - Feminina, com sede no município de Araranguá.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado José Milton Scheffer

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/06/12*

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual o Centro de reabilitação Humana Fazenda São Jorge - Feminina, com sede no município de Araranguá.

Diante da relevância dos propósitos em que se pauta a referida entidade, que tem por finalidade precípua a valorização integrada do ser humano carente de estabilidade emocional, moral e social, buscando sua reabilitação ao convívio social.

A entidade mantém serviço de recuperação de toxicômanos, alcoólatras e outros entorpecentes, através de grupos de apoio e internamento em fazendas com assistência integral, visando à reabilitação e reintegração à sociedade.

Assim, solicito aos Nobres Pares o apoio e acolhimento da presente proposição para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 221/12**

Declara de utilidade pública a Academia de Letras de Palhoça - ALP no município de Palhoça/SC.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Academia de Letras de Palhoça - ALP, com sede no município de Palhoça.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Florianópolis, de de 2012.

Edison Andriano

Deputado Estadual

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/06/12*

**JUSTIFICATIVA**

A Academia de Letras de Palhoça - ALP é uma entidade civil de caráter apolítico, sem fins lucrativos que tem como finalidade cultivar e divulgar a língua vernácula e os valores da cultura, especialmente através da produção literária.

Possui como finalidades também defender a literatura brasileira nas suas várias modalidades e espécies, bem como divulgar muito especialmente a produção literária, cultural e histórica de Palhoça.

Tem como objetivos admitir em seu quadro de membros somente pessoas de reconhecido mérito no labor literário, nas suas várias modalidades e espécies, estimulando a criação literária e a produção cultural.

Promove, ainda eventos relacionados à vida e obra dos Patronos e Titulares anteriores das cadeiras, eventos estes que podem

ser feitos isoladamente ou em convênio com instituições públicas e privadas, visando estimular eventos literários e culturais, especialmente instituindo e apoiando concursos literários.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção da educação e cultura no município de Palhoça, ressaltando a importância de se preservar a história através da produção literária.

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÕES FINAIS****REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 135/2012**

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Itajaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado, por intermédio do Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA), a adquirir, por doação da Mitra Metropolitana de Florianópolis, no Município de Itajaí, o imóvel com área de 34.640,14 m<sup>2</sup> (trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta metros e quatorze decímetros quadrados), sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior matriculada sob o nº 29.935 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade regularizar a extensão ocupada pelo leito da Rodovia estadual SC-486.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do DEINFRA.

Art. 4º O Estado será representado no ato de aquisição pelo titular do DEINFRA ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de junho de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 175/2012**

Altera a Lei nº 3.821, de 1966, que declara de utilidade o Instituto de Ensino a Assistência Social, de Videira.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A Lei nº 3.821, de 29 de abril de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública o Instituto de Ensino e Assistência Social - IEAS, de Lages.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Ensino e Assistência Social - IEAS, com sede no Município de Lages.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
- III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de junho de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 011/2012**

Cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Ficam criados e incluídos no Anexo V da Lei Complementar nº 90, de 1º de julho de 1993, no Grupo Operacional Direção e Assessoramento Superior - DASU, 10 (dez) cargos de Assessor Correcional, nível 8, coeficiente salarial 8,8608.

Art. 2º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações do orçamento do Tribunal de Justiça.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 14 de junho de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*